O PODER DO ESTADO RECONFIGURADO NA INSTITUIÇÃO MILITAR NO PERÍODO DE 1930-1937: O CASO DO 29º GAC AP

IVANIR CUNHA TICCO

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

IVANIR CUNHA TICCO

O PODER DE ESTADO RECONFIGURADO NA INSTITUIÇÃO MILITAR NO PERÍODO 1930-1937: O CASO DO 29º GAC AP

Dissertação de Mestrado

Porto Alegre, RS – Brasil
2003

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O PODER DE ESTADO RECONFIGURADO NA INSTITUIÇÃO MILITAR NO PERÍODO 1930-1937: O CASO DO 29º GAC AP

IVANIR CUNHA TICCO

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial e último para obtenção do Grau de Mestre em História, área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Ibero-americanas.

Prof. Dr René Ernaini Gertz
Orientador

Porto Alegre, março de 2003

AGRADECIMENTOS

A Deus

Desde o início de nossa caminhada, Tu estavas conosco. Dias e noites se passaram. Vitórias foram conquistadas. Derrotas foram superadas. Amizades foram adquiridas. A Ti, que me deste a vida e a vocação, o meu eterno reconhecimento.

Aos meus pais e avós (*in memoriam).*

"Quando, em tempos difíceis, vem a lembrança daqueles que se foram, a tristeza me encontra como uma onda incontrolável em um mar revolto; não posso parar, entretanto. Pego emprestado os sonhos de todos eles e os torno meus. E sigo em frente, com um sorriso no rosto, um bom-dia e uma mão estendida. Batalhas perdidas, batalhas vencidas" (Ivan Leal de Moura Júnior).

Ao professor doutor René Ernaini Gertz

Pelo exemplo contínuo de profissionalismo; pela segura e dedicada orientação;pela compreensão e paciência, aceitando e contornando minhas limitações; pela amizade e confiança; por ter contribuído para meu crescimento profissional e como pessoa, meu respeito e gratidão.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC, RS.

A vocês, que foram muito mais que mestres, mas amigos que dedicaram seu tempo e sua experiência para que minha formação fosse também um aprendizado de vida, fazendo-me acreditar que sou capaz de criar e ousar, meu respeito, gratidão, carinho, saudade ...

Ao 29º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado – 29 º GAC – AP, na pessoa de seus comandantes: Coronel Abner de Oliveira e Silva, Coronel Marcelo Antonio Neves, Tenente-Coronel João Luis Ribeiro Franco e sub-comandante Major Walmir Pereira de Medeiros Filho que, sempre atenciosos e solícitos, disponibilizaram e buscaram o material que subsidiou esta pesquisa, meu muito obrigada pelo exemplo de disciplina e profissionalismo, pela amizade e confiança depositadas.

À Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, pelo estímulo, pela preocupação e empenho em melhor qualificar seu corpo docente contribuindo para o meu crescimento profissional e como pessoa, o meu respeito e gratidão.

À minha família, ao meu irmão Valmir José, ao meu médico doutor Noronha, aos amigos Beatriz Augusta, Clotilde, Cecília, Cristine, Edgar, Eliete Berenice, Elza Elisabeth, Evelise João Antônio, José Fabiano, Maria Celeste, Marisa, Neloá, Nelvia, Nelson Neto, Vera Luiza e aos muitos especiais Sandra e Ubirathan Rogério.
Quando foi tão difícil caminhar, vocês estiveram comigo. Talvez nem calculassem o alcance de suas palavras, de sua presença junto a mim.
Por isso, é especialmente com vocês que quero partilhar a minha alegria e felicidade.

À minha sobrinha e afilhada Mayra Aparecida de Melo Tico.
Aos amigos que tenho e aos que, eventualmente, perdi...

Só terás atingido o limiar da perfeição, quando souberes:
admirar a beleza desinteressadamente,
praticar o bem sem visar recompensa,
evitar o mal sem medo do castigo,
ajudar o semelhante sem esperar reconhecimento,
ser sábio sem aspirar à glória,
ser poderoso sem usar a força,
ser grande e não ser superior.

Somente serás perfeito, quando souberes:

festejar os triunfos alheios,
ser feliz com a felicidade dos outros,
rejuvenescer com a mocidade dos jovens,
sentir-te imortal como a imortalidade da vida.

BAIOCCHI, Frederico, 1978

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS viii

RESUMO..... x

ABSTRACT..... xi

INTRODUÇÃO..... 01

CAPÍTULO I: CRUZ ALTA: UM PONTO GEOPOLÍTICO ESTRATÉGICO..... 08
1.1 Antecedentes Históricos 08
1.2 "Cruz Alta Velha"..... 15
1.3 Da fundação do município à Mui Leal Cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta..... 21
1.4 1837 a Revolução Farroupilha chega à região de Cruz Alta..... 35
1.5 As fronteiras da nacionalidade foram violadas pelas forças militares do ditador Solano Lopes..... 40

CAPÍTULO II: O BRASIL REPUBLICANO E A FEDERAÇÃO POSITIVISTA..... 45
2.1República Federativa Oligárquica..... 45
2.2 A presença da doutrina de Comte na organização da República..... 50
2.3 O Rio Grande do Sul no contexto Republicano: de Castilhos a Borges..... 53

2.4 Cruz Alta, do Advento da República às primeiras décadas do Séc.XX..... 70
2.5 O Exército Brasileiro: da sua origem e evolução a sua instalação e atuação em Cruz Alta, RS 87

CAPÍTULO III: O CICLO DE 30: GETÚLIO VARGAS 104
3.1 Do Forte de Copacabana ao Fortalecimento do Exército Nacional..... 104
3.2 De 1930 a 1937 Getúlio Vargas articula o Estado Novo 111
3.3 Revolução de 1930 – antecedentes no Rio Grande do Sul 123
3.4 As tensões político-social e bélicas que envolveram o Brasil e o Rio Grande do Sul de 1930 a 1937..... 132
3.5 A Revolução de 1930 a 1938, a Participação do 6º RAM (hoje 29 GAC AP) no Cenário Cruz-altense..... 138

CONCLUSÃO 183

FONTES 182

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 183

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Bandeirantes no Rio Grande – 1635-41 16

FIGURA 2 – Capela do Menino Jesus, com cruz de madeira, um trabalho do Frei José de Sant'Avertana, que deu nome à cidade 20

FIGURA 3 – Mapa do itinerário percorrido pelo tropeiro João José de Barros 23

FIGURA 4 – Guerra de 1801 – Conquista dos sete Povos das Missões 24

FIGURA 5 – Planta baixa da demarcação do rocio 29

FIGURA 6 – Província do Rio Grande de São Pedro: Mapa 1-1834 e Mapa 2 – 1858 32

FIGURA 7 - Cruz Alta à época em que foi elevada a cidade 33

FIGURA 8 – Debuche do prédio adquirido em 1856 34

FIGURA 9 – Rio Grande do Sul, 1891 – Vila Rica 56

FIGURA 10 – Operações militares em 1893..... 57

FIGURA 11 – Tropas de Firmino de Paula bivaqueando – Boi Preto 61

FIGURA 12 – General Firmino de Paula, general honorífico..... 66

FIGURA 13 – Foto área da coxilha, situada a leste do centro urbano, onde acampou, o hoje, 29º GAC AP 72

FIGURA 14 – Foto área da coxilha, situada a oeste do centro urbano, onde estabeleceu-se o então 8º RI, o hoje, EASA 72

FIGURA 15 –Rio Grande do Sul, 1900-64 municípios 76

FIGURA 16 – Em 17 de fevereiro de 1907 o 3º Batalhão de Engenharia chega Cruz Alta, RS 78

FIGURA 17 – Maragatos das Tropas de Gumercindo em pose especial enquanto permaneceram em Cruz Alta. 82
FIGURA 18 – Coronel José Gabriel da Silva Lima 82

FIGURA 19 – Palácio da Intendência, inaugurado em 7 de setembro de 1914..... 84

FIGURA 20 - Alfredo Brenner encaminha-se a Intendência Municipal 85

FIGURA 21 - Rio Grande do Sul – 1933 86

FIGURA 22 – 29º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado - 29º GAC AP 93
FIGURA 23 – Prédio Central do, hoje 29º GAC AP, na década de 20..... 98

FIGURA 24 – Pátio interno do GAC AP e Bateria de Comando 98

FIGURA 25 – Foto área de Regimento já concluído, quando se chamava 6º RAM.. 98

FIGURA 26 - Até 1998 17 BI – hoje EASA 101

FIGURA 27 – Quartel General (QG) instalado em Cruz Alta a 28 de setembro de 1922 102

FIGURA 28 – Hospital da Guarnição de Cruz Alta 103

FIGURA 29 - QG da 3ª RM de 1906-07..... 129

FIGURA 30 – Quartel General da 3ª RM de 1908 a 1957 130

FIGURA 31 – Manobras de Saicã da 3ª RM, em 1940..... 133

FIGURA 32 – Tenente Nelson Gonçalves Etchegoyen..... 142

FIGURA 33 – Revolução de 1930 - Estado Maior da Brigada "Pinheiro Machado". 147

FIGURA 34 – Militares cruz-altenses na praça Rubião Júnior – São Paulo- SP 153

FIGURA 35 – Retorno do 6º RAM de São Paulo no ano de 1930 155

FIGURA 36 - Octaciano Faria Sobº - Cabo-Chefe de Peça da Metralhadora Leve 9 172

RESUMO

O PODER DE ESTADO RECONFIGURADO NA INSTITUIÇÃO MILITAR NO PERÍODO 1930-1937: O CASO DO 29º GAC AP

Autora: Ivanir Cunha Ticco
Orientador: Professor Dr. René Ernaini Gertz

Esta dissertação visa analisar e justificar a presença militar na área de abrangência do município de Cruz Alta, RS, considerando sua posição geoestratégica e geopolítica.

Ainda no século XIX, apreciar-se-á seu envolvimento nos movimentos revolucionários, desde a Revolução Farroupilha até as Revoluções de 1930 e 1932, quando o *mandonismo* local transitou paralelamente ao poder constituído. O viés político terá ampla predominância neste trabalho, por isso procuraremos visualizar as articulações partidárias, dentro de um quadro onde o *coronelismo (mandonismo)* local é referência nas relações político-sociais, sofrendo um processo de decadência decorrente das rupturas internas e do esgotamento de um modelo econômico baseado na atividade agropastoril, intensificado com a crise do capitalismo mundial em 1929. Estes fatores desencadearam um processo de mudança na estrutura político-econômico-social do país, ocorrido especialmente após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder central, embora as práticas coronelistas apresentem um caráter continuista. O chamado *Ciclo de 30, que* culminou com o Golpe de 10 de novembro de 1937, rompendo definitivamente com *República Velha* e, dando início ao Estado Novo (1937-1945) teve sua origem nas agitações tenentistas. Muitas são as diferenças que se apresentam no período abordado e, pela importância do tema, escolhemos como eixo central da pesquisa o período que vai da Revolução de 1930 ao Golpe de 10 de novembro de 1937, partindo dos movimentos militares, como a Revolução Farroupilha, até o Golpe de 1937, enfocando a presença e atuação militar do 29º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado – 29º GAC AP. A intenção é, portanto: a) resgatar a história da *Mui Leal Cidade do Espírito Santo da Cruz Alta*, como uma das mais antigas municipalidades do Estado, partindo de conceitos historicamente condicionados; b) elucidar o engajamento político-militar desse município; c) mostrar as divergências inerentes a uma sociedade em mudanças; d) mostrar a contribuição político-econômico-social do 29º Grupo de Artilharia de Campanha Auto Propulsado, para a área de abrangência da municipalidade; e) trabalhar com o imaginário social.

Palavras-chave: Revolução. Mandonismo. Ciclo de 30. República Velha. Manifestações Tenentistas, Geoestratégicas e Geopolíticas.

ABSTRACT

THE STATE POWER RECONFIGURATED IN THE MILITARY INSTITUTION DURING THE PERIOD 1930-1937: THE CASE OF THE 29th GAC AP

Author: Ivanir Cunha Ticco
Adviser: Teacher Doctor René Ernaini Gerts

This dissertation aims to analyse the military presence in the Cruz Alta's county area, in the state of Rio Grande do Sul, taking into account its geostrategy and geopolitic localization, its involvement in revolutionary movements since the Farroupilha's Revolution up till the l930 and l932 Revolutions, where the local *colonelism* ran together with the constituted power, in the XIX century. The politics point of view will have wide predominance in this research work, and for this reason we will try to visualize partidary articulations, within a state where the local *colonelism (the power of ordering)* is a reference in social and political relations, going through a decadence process due to the internal ruptures and the ending of an economical model based on agricultural activity, brought into evidence by the world capitalism crisis in 1929. These factors gave rise to a changing process in the social-economical-political structure of the country, taking place especially after Getulio Vargas's ascencion to the central power, even though *colonelism* practices showed an enduring character. The so called Cycle of 30 ended with the November 10th 1937 Coup D'État, definitely breaking with the Old Republic, giving birth to the New State (1937-1945), which had its origin in the lieutenantism disturbances. Many are the differences that show up in the studied period and due to the importance of the theme we chose as the central axis of the research the period that goes from the Revolution of 1930 to the 10th of November Coup D'État in 1937, departing from the army movements, like the Farroupilha's Revolution up till the 1937 Coup D'État, focusing the presence and performance of the 29th Military Camp Artillery Autopropelled Group - 29th GAC AP. Thus, the intention is: a) recover the history of the "*Mui Leal Cidade do Espírito Santo da Cruz Alta"* ("The Very Faithfull City of the Holy Spirit of Cruz Alta") as one of the oldest state municipalities, according to historically conditioned concepts; b) elucidate the political and military engagement of this county; c) show the divergences inherents to a changing society; d) show the political-economical-social contribution of the 29th Military Camp Artillery Autopropelled Group to the county and its comprising area; e) work with the social imaginary.

Keywords: Revolution, Colonelism, Cycle of 30, Old Republic, Lieutenant Manifestations, Geostrategies and Geopolitics.

INTRODUÇÃO

A história da *Mui Leal Cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta* está inserida em um período da História do Brasil e por que não dizermos da ibero-luso América? - cheio de dados ainda não suficientemente explorados. Sua história está vinculada a sua localização geopolítica estratégica no Rio Grande do Sul devido à proximidade das fronteiras do Uruguai e da Argentina, então área pretendida pela coroa de Espanha. Cruz Alta, desde os primórdios do século XVII, desponta como ponto geopolítico estratégico com tradição de participação política nos acontecimentos na nação, constituindo-se num pólo políticoeconômico, militar e cultural. Nesse contexto, teve participação em movimentos sociopolíticos, econômicos e revolucionários. Outro motivo é a importância política e militar, na medida em que o quadro nacional, no final do século XIX e início do século XX, vai tomando novas características. O desenvolvimento do capitalismo no século XIX ainda era bastante limitado, devido, sobremaneira, aos resquícios do Estado mercantilista que antecedeu a revolução industrial; até a década de 1930, a sociedade capitalista tinha sua força propulsora na produção da empresa privada. Assim, era o setor privado e não o Estado a fonte econômica e o centro da mudança social. O conceito de burguesia vai se firmando. Esse conceito parte da concepção de Engels (1961, p. 21) quando assegura que "burguesia compreende a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado".

Partindo do conceito de Engels, há toda uma re-leitura, como a concepção gramsciana (Gramsci, 1978), quando se refere ao tema da população, à coação surda das relações econômicas – compreendido o processo de trabalho – e ao papel de mero complemento da política sobre o controle da força de trabalho. Coincidência ou não identificação, na medida em que o exercício da hegemonia, supondo a subsunção real, socialmente se realiza a partir e pela iniciativa política, dependendo de como o modo de produção especificamente capitalista se impôs numa formação socioeconômica, ou, em outras palavras, de como o capital subsumiu realmente o trabalho. Enfatiza que a hegemonia burguesa se seculariza, se constrói e se sustenta à vista de todos, um artefato humano, relativo, histórico e provisório.

Sobre a questão de classe, ainda, a definição de Edward P. Thompson (1987, p. 10) serve para elucidar colocações que serão feitas ao longo do trabalho. Para esse autor, "a

classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus".

Muitas são as diferenças que se apresentam no período que está sendo abordado e, pela importância do tema, escolheu-se como eixo central da pesquisa a Revolução de 1930 ao Estado Novo, partindo dos movimentos políticos militar, que envolveram a região de Cruz Alta, ainda no séc XIX como o da Revolução Farroupilha, a Guerra do Paraguai, a Revolução Federalista, ligação dos revoltosos com os opositores de Borges de Medeiros, o levante tenentista associado à Aliança Libertadora até 1930, enfocando a presença e atuação militar do 29º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado - 29º GAC AP. A intenção é, portanto: 1) resgatar a história do município, como uma das mais antigas municipalidades do estado, partindo de conceitos historicamente condicionados; 2) justificar a importância da presença do 29º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado em Cruz Alta, desde o início do século XX como canal de ascensão social, considerando que o Regimento oferecia aos recrutas oportunidades que iam da alfabetização até a profissionalização; 3) estudar o engajamento político-militar desse município; 4) mostrar as divergências inerentes a uma sociedade em mudança.

A região onde hoje se situa Cruz Alta, capital do Planalto Médio, entre as bacias dos rios Jacuí e Ibicuí, constituiu-se em um divisor de águas que, desde o início do século XVII, teve, em seu contexto, o trabalho dos missionários jesuítas e dos tropeiros, pois era o único caminho a *pé enxuto* que ligava a região platina ao centro do país.

A prosperidade do trabalho dos missionários e a criação do gado proporcionaram o estabelecimento de caminhos que interligam esta região com o centro do Brasil. Historicamente esses caminhos foram o ponto de partida para a formação dos primeiros povoados onde se fixaram os estancieiros.

Geograficamente, o município de Cruz Alta situa-se a 28º36'20" de latitude sul em relação aos paralelos e a 56º36'34" de longitude a oeste, tomando como base os meridianos. Observando-se o traçado natural dos terrenos, as coxilhas predominam nas paisagens do município, numa zona de planaltos, com altitudes que variam de duzentos a quatrocentos

metros; a vegetação que predomina são os campos que, por suas características, possibilitam a exploração das atividades agropastoris.

Com a incorporação definitiva do território missioneiro ao domínio português a partir de 1801, intensificou-se a ocupação desse espaço, principalmente pela concessão de sesmarias a tropeiros paulistas, paranaenses e militares, confirmando, dessa forma a raiz histórica da formação de grandes propriedades agropastoris. *Os Caminhos das Tropas* determinaram a particular ocupação do espaço, dando origem aos assentamentos urbanos e núcleos agropastoris, influenciando o modo de vida.

Os vestígios da passagem dos jesuítas ficaram marcados no local, a duas léguas da atual cidade, onde edificaram uma capela ao Menino Jesus, na frente da qual ergueram uma enorme cruz de madeira. A cruz erguida constituiu-se, historicamente, em um marco importante que gerou o povoamento da localidade seu nome.

Um dos conceitos que será utilizado nesse resgate histórico, é o do *coronelismo* - mandonismo local -, que, no entender de Loiva Otero Félix (1995, p. 15), é

> [...] o poder exercido por chefes políticos sobre certo número de pessoas que deles dependem. Tal situação visa objetivos eleitorais que permitam aos coronéis a imposição de nomes para cargos que eles indicam. Têm sua autoridade reconhecida pelo consenso do grupo social de base local, distrital ou municipal e, algumas vezes, regional, geralmente devido a seu poder econômico de grandes estancieiros ou grandes proprietários.

Esse conceito demonstra bem as relações político/civis e político/militares, se tomarmos o termo *coronel* como a pessoa cujo *status* social impunha-se sobre as demais, independentemente de ser um militar, apesar de o termo ter conotações militares. Os *coronéis* eram os fazendeiros de café unidos às demais classes rurais nos diversos estados, governavam o país em seu proveito, graças à máquina eleitoral. O *coronel* guiava um eleitorado rural, *voto de cabresto*, e esse eleitorado é que lhe dava prestígio político; suas funções eram policiais, administrativas e executivas. O prestígio do coronel vinha do fato de possuir terras, era considerado homem de posses, rico, apesar de que nem sempre o fosse; e como ele possuía crédito, era procurado pelo homem do campo em caso de necessidades econômicas e, portanto, era o *benfeitor*. As instruções emanadas pelo coronel eram seguidas sem discussões. O patrimonialismo, o mandonismo, o filhotismo são resultados desse fenômeno.

Na composição do poder, o latifúndio era muito mais dependente dos favores do Estado do que dominador dele e, contraditoriamente, manipulava o aparato do Estado segundo os seus interesses, para preservá-los, para defendê-los. Em essência, o *coronelismo,* a partir dos chefes locais, dava apoio incondicional aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista. Nas cidades, nas camadas menos cultas da população, era muito importante a atuação do cabo eleitoral, não pela apresentação de programas, mas pela distribuição de favores pessoais e empregos.

Se o *coronelismo* estava vinculado ao regime a quem a colonização obedeceu, atravessando séculos, pode-se afirmar que, embora aparentemente contraditório, sempre apoiou a monarquia e tomou-a como modelo de procedimento. A burguesia, por sua vez, participa, com outras classes sociais, ou seja, o proletariado, da desvinculação da política latifundiária e do fortalecimento do Exército Nacional a partir do movimento tenentista, fenômeno que está diretamente relacionado aos problemas da classe média. A maioria dos oficiais do Exército são elementos da classe média. Esses militares, apesar de serem orientados para uma ação fora da política, iriam se identificar com a corrente que procurava modificar a situação do Brasil. A renovação partiu do próprio Exército. Apesar de os tenentes não terem um programa definido e ainda não possuírem uma consciência de classe, são eles que irão propiciar modificações e levar avante as revoluções de 1922 a 1927, sendo que, a partir de 1930, essa revolução adquire um caráter mais nacionalista e menos regionalista.

O significado da Revolução de 30 até o Estado Novo, cenário do desenvolvimento da pesquisa que é a História do 29º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado - 29º GAC AP, apesar da máquina política ser abalada, mas não inteiramente destruída, apresenta um quadro diferente: opôs-se à chamada *República Velha,* porque esta, embora tenha combatido a monarquia, não conseguiu libertar-se dos quadros tradicionais da política brasileira. As grandes Unidades da Federação lutavam para conseguir a presidência da República, e, por isso, houve um certo entusiasmo da chamada classe média. Esta base popular levou os dirigentes do movimento a tomar certas medidas legislativas em favor delas, entre as quais as leis trabalhistas. No Estado Novo – 1937 a 1945, Getúlio Vargas, com o apoio das forças armadas, dá um *Golpe de Estado* em 10 de novembro de 1937,

outorgando uma nova Constituição, elaborada pelo jurista Francisco Campos; entrando em vigor, deveria, mais tarde, ser submetida a um plebiscito. Essa consulta não chegou a efetivar-se.

Como referências teóricas o trabalho apoiar-se-á em, Sandra Pesavento, Eurico Figueiredo, Antônio Paim e Cláudio Moreira Bento. No que tange ao imaginário social a concepção será a de José Murilo de Carvalho (1995, p. 15), que assim conceitua:

> O imaginário é a maneira pela qual as pessoas estruturam seu mundo, lhe dão significado. Por menos educadas que sejam, as pessoas sempre encontram uma maneira de dar sentido à sua vida, às suas relações, ao mundo que as cerca. É uma necessidade do ser humano, é parte essencial de sua cultura. O imaginário não é por isto mesmo extremo às coisas, superposto à realidade. Ele é a forma inteligível pela qual as coisas existem para o ser humano. Neste sentido, imaginário e discurso se assemelham: são formas de representação da realidade. O discurso trabalha com conceitos, o imaginário com imagens e símbolos, mas ambas são representações que freqüentemente se combinam.

A definição acima é válida, haja vista que algumas reflexões quanto ao discurso proferido no contexto pré e pós Revolução de 30 na região de Cruz Alta e, ainda hoje se faz presente.

Inúmeras críticas recaem sobre a narrativa histórica e, em seu livro *Como se Escreve a História?*, Paul Veyne (1982, p.7) afirma que a verdadeira tarefa da história era a de entender "*um determinado fenômeno que não pode ser explicado só pela sociologia: o recurso à história não possibilitaria uma melhor explicação*?" Para Veyne, a história *"[...] não tem método: tentem pedir que lhes mostrem esse método. Ela não explica coisa alguma, será que a palavra explicar tem um sentido; quanto ao que chama suas teorias, será preciso examiná-las de perto*". Outros historiadores tomam posições diferentes e aceitam hoje a História como ciência. Peter Burke (1992) acredita que a narrativa tradicional de batalhas precisa ser abandonada, preferindo a técnica da *descrição* ou *narrativa densas*, apoiado na terminologia do antropólogo Clifford Geertz, diz Burke (p. 339): *"[...] lidar não apenas com a seqüência dos acontecimentos e das intenções conscientes, dos atores nesses acontecimentos, mas também com as estruturas-instituições, modos de pensar, etc. - e se elas atuam como um freio ou um acelerador para os acontecimentos[...]"*. Complementa Burke este pensamento (p. 347):

> Entretanto, muitos estudiosos atualmente consideram que a escrita da história também tem sido empobrecida pelo abandono da narrativa, estando em andamento uma busca de novas formas de narrativas que serão adequadas às novas histórias, que os historiadores gostariam de contar. Estas novas formas incluem as micronarrativas, a narrativa de frente para trás e as histórias que se movimentam para frente e para trás, entre os mundos público e privado, ou apresentam os mesmos acontecimentos e a partir de pontos de vista múltiplos.

Nesse sentido, para melhor sistematização deste trabalho, faremos uma divisão correspondente a três capítulos: no primeiro, faremos uma breve descrição do contexto geopolítico econômico do Brasil, do Rio Grande do Sul e mais densa de Cruz Alta, que abordaremos desde seus primórdios até a emancipação, demonstrando as articulações políticas em nível nacional, estadual e local; no segundo capítulo, abordaremos o período compreendido pela República Velha e a federação positivista nos aspectos sociopolíticos; no Rio Grande do Sul dominado pelo *coronelismo,* destaca-se a participação de Cruz Alta, enfatizando o mandonismo local, sua economia agro-pecuarista e sua vocação militar; no terceiro capítulo, abordaremos o tema central deste trabalho, ou seja, o Brasil e o Rio Grande do Sul, no período compreendido entre os anos de 1930-1937, demonstrando as articulações políticas em torno dos partidos tradicionais em nível nacional, estadual e local, ressaltando também o momento de crise do capitalismo mundial, que se refletirá na conjuntura nacional, através de forte desajuste econômico, levando o país a desenvolver novas perspectivas quanto a sua modelagem estrutural. Em outro momento deste mesmo capítulo, buscaremos resgatar a história da *Mui Leal Cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta,* RS, um ponto geopolítico estratégico, com longa tradição e significativa participação nos acontecimentos sociopolíticos e econômicos da Nação. Procuraremos esclarecer o porquê da instalação e atuação do 29º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado – 29º GAC AP, instituição militar, inserindo nos capítulos as razões geoestratégicas e geopolíticas, bem como os laços que foram construídos entre a cidade de Cruz Alta e o estado do Rio Grande do Sul com o governo central. E, finalmente, entre a cidade e este Regimento, desde sua chegada, ressaltando alguns momentos de aflição, ocorridos na década de 30 com a participação de seus filhos nas revoluções (1930-1932) e na implantação do Estado Novo.

Outro fator a ser ressaltado é a relação sociocultural e econômica gerada por esta Instituição na comunidade cruz-altense e regional e suas conseqüências, sendo elas

positivas ou negativas, mas que, no contexto geral, contribuíram para o desenvolvimen
área de abrangência do então município de Cruz Alta.

CAPÍTULO I

CRUZ ALTA: UM PONTO GEOPOLÍTICO ESTRATÉGICO

1.1 Antecedentes históricos

Não poderíamos escrever nada sobre nenhum setor de Cruz Alta sem antes precedermos à história de Cruz Alta bem como a uma visão da própria história do Rio Grande do Sul e seus antecedentes. Por isso, uma retrospectiva para situar melhor o objeto de pesquisa.

Com a união das Coroas Ibéricas entre 1580 e 1640, o Tratado de Tordesilhas (1494) passou a inexistir, considerando-se que toda a Latino-América tornou-se domínio do rei da Espanha, Felipe II. Essa união possibilitou a expansão luso-brasileira pela América meridional, atingindo assim o território rio-grandense. Entretanto sabemos que, muito antes das disputas luso-espanholas e do povoamento português, o território do hoje Rio Grande do Sul foi campo de batalha entre descendentes dos Láguidos, jês-tapuias que migraram da Colômbia, pela parte ocidental dos Andes, e os Huárpidos também da Colômbia, pela parte oriental dos Andes.

Segundo Cláudio Moreira Bento (1994, p. 71-72):

> Ambas as correntes, após milênios e bastante diferenciadas, teriam se chocado justamente no Rio Grande do Sul, na linha balizada pelos cortes dos rios Ibicuí e Jacuí. Os huárpidos, através dos charruas e minuanos, adaptados à vida no campo. Os Láguidos através dos guaranis e tupis, habituados à vida nas selvas.
> Assim, durante anos, esses índios lutaram entre si no território da 3ª RM; deixando na toponímia, ao longo desses rios, denominações lembrando combates como seria o caso de Tabantigaí, com o sentido de "por aqui combateu muitas vezes".
> Por ironia do destino, os charruas e minuanos, provenientes dos atuais Uruguai e Argentina, seriam os aliados dos portugueses nas lutas em torno da posse da Colônia do Santíssimo Sacramento, no atual Uruguai de 1680-1777 e os guaranis, provenientes das matas do Brasil atual, seriam os aliados dos espanhóis nas lutas em torno da posse da citada Colônia do Sacramento, por cuja posse Portugal e Espanha lutariam militar e diplomaticamente por 93 anos.
> E foi da miscigenação intensa entre descendentes de huárpidos e láguidos e dos ibéricos que surgiu o gaúcho brasileiro, habitante típico do território da 3ª RM e soldado valoroso e intrépido que contribuiu decisivamente, de 1680-1870, para a exploração,

> povoamento, conquista e preservação da soberania e da integridade do Brasil no território sob a jurisdição da 3ª RM até 1953.

No Rio Grande de São Pedro, também chamado *Continente do Rio Grande*, vasta porção de terras contínua, entre a capitania de Pêro Lopes de Souza e o estuário do Prata, nenhuma povoação foi fundada durante o século XVI. Abandonado à própria sorte pelas coroas lusa e espanhola, nesse século e no seguinte foi palmilhado por aventureiros que passavam em direção às possessões espanholas, por preadores[1] de São Paulo, missionários portugueses que tentavam estabelecer aldeamentos, especialmente no litoral, e jesuítas espanhóis radicados em Buenos Aires e Asunción.

Os jesuítas espanhóis, durante a União Ibérica, expandiram de oeste para leste suas reduções. Dessa forma, quando os jesuítas, descendo do Rio de Janeiro, vieram missionar os carijós nas imediações de Laguna e penetraram no Rio Grande do Sul, já no vale dos rios Caí, Jacuí, Pardo e Pardinho, haviam sido fundadas reduções espanholas. Até o século XVII, o Rio Grande do Sul não fazia parte dos domínios portugueses na América. Entretanto, com a decadência do açúcar e a interiorização da economia com a mineração na zona das Gerais, o gado no sul do país passa a ser visto como produto de economia subsidiária da economia de mineração, destinada à exportação, onde se haviam concentrado densas massas populacionais e com poder aquisitivo.

Pesavento (1980, p. 13) explica:

> Para o Rio Grande começaram a descer paulistas e lagunistas, objetivando prear este gado xucro para levar até a zona mineradora. Em especial, Laguna, fundada em 1676 pelo paulista Domingos de Brito Peixoto, tornou-se o foco de irradiação da descida para o Sul, num movimento espontâneo que, contudo, teve o incentivo da coroa portuguesa. Enquanto o interesse popular fixava-se na preia do gado, a perspectiva da Coroa orientava-se para o povoamento das terras ao sul de São Vicente até Sacramento. O Rio Grande, no caso, apresentava-se como uma função estratégica, como ponto de apoio para a conservação do domínio luso no Prata.
> Oficialmente, quem primeiro penetrou no Rio Grande a pedido das autoridades coloniais portuguesas foi Francisco de Brito Peixoto,

[1] Preadores: bandeirantes aprisionavam índios. Foram os portugueses os primeiros que desde o tempo do infante D. Henrique, fizeram um ramo de comércio legal, de prear homens livres, e vendê-los como escravos.

> filho do fundador de Laguna, que recebeu em 1721 a patente de guarda-mor, devendo descer ao Sul para fundar povoações e cuidar para que o comércio do gado não recaísse nas mãos dos castelhanos, lesando o interesse fiscal da Coroa. Esta descida oficial dos lagunistas se efetivou em 1725, quando um grupo chefiado por João Magalhães (a chamada "frota dos 31 lagunistas") penetrou no Rio Grande. Todavia, desde o início do século, a Vacaria del Mar era percorrida por tropeiros e contrabandistas de gado que visavam abastecer as Gerais.

Não era somente o fornecimento de animais de corte que os tropeiros buscavam no sul, pois as Gerais também necessitavam do muar para o transporte nas minas e, objetivando esse tipo de rebanho, foi preciso penetrar na área platina. Na época em que surgia a mineração brasileira, a espanhola estava entrando em decadência e esse comércio orientou-se para o fornecimento das Gerais. Foi uma atividade realizada com armas na mão, uma vez que para apossar-se dos rebanhos era preciso enfrentar os castelhanos.

O tropeiro, tipo social por excelência desse período, era o chefe de um bando armado. Nessa fase do tropeirismo, começou a fazer-se a comunicação do Rio Grande do Sul com o restante do país pela estrada do Litoral (1703) e pela estrada da serra (1727).

A Coroa portuguesa, objetivando a ocupação do Rio Grande, distribuiu, em meados do século XVIII, sesmarias[2] aos tropeiros que manifestavam intenção de se fixar à terra e aos militares que deram baixa, definindo assim a posse da terra e do gado.

Para Pesavento (1980, p. 15),

> [...] há aqui, uma diferença entre processo de concessão de terras sob a forma de sesmarias no Nordeste e no Rio Grande. Enquanto na área açucareira a capitalização prévia era um requisito básico para obtenção da terra, no Rio Grande este não era o critério definidor. Embora não se desprezando a ocorrência da disponibilidade de recursos por parte dos futuros estancieiros, sesmarias eram concedidas como retribuição a serviços militares prestados.

A decadência da mineração, no final do século XVIII, impôs um retraimento na atividade do tropeirismo. Entretanto a economia sulista manteve-se, graças a dois novos

[2] Sesmarias a autora explica que “eram terras devolutas”, medindo em regra 3 léguas por 1 légua (cerca de 300 hectares).

produtos gaúchos: o trigo e o charque, através dos quais se dava início ao comércio externo, com o trigo, e o interno, com o charque.

Longe estavam os acertos entre Portugal e Espanha, os desentendimentos em relação ao sul da América prosseguiam. Em 1750, foi assinado o Tratado de Madrid, pelas monarquias ibéricas, que estabelecia que Portugal entregaria a Colônia do Sacramento em troca das Missões, pois era mais interessante para os lusos ficarem com terras contínuas do que manter o contrabando no Prata, onde os que lucravam eram os ingleses.

Em 1759, Pombal decretou a expulsão dos padres da Companhia de Jesus dos domínios portugueses, embora a província jesuítica do Brasil não possuísse casa instalada no Rio Grande, mas a proximidade dos jesuítas espanhóis representava um perigo potencial para o governo português.

Então, a administração de Lisboa, para preservar seu domínio, pela Carta Régia de 9 de setembro de 1760, criou o governo militar independente de Rio Grande de São Pedro, desvinculado da jurisdição de Santa Catarina, subordinando-o diretamente à Repartição do Sul, sob o controle direto de Gomes Freire. "Para o novo posto foi designado o Coronel Inácio Elói de Madureira que servia, então, como governador da Praça de Santos. Em dezembro, prestou juramento de fidelidade e embarcou para a Vila do Rio Grande, a fim de assumir as funções".[3]

Nas Missões Orientais, a expulsão dos jesuítas provocou imediata decadência da comunidade guarani que se achava imatura para enfrentar o sistema da livre iniciativa imposta pelos administradores leigos. Trinta anos após a saída dos jesuítas, os Sete Povos ofereciam um aspecto desolador, muitos voltaram à antiga barbárie, enquanto aventureiros de ambas as Coroas percorriam aquelas paragens, arrebanhando gado para as charqueadas rio-grandenses.

A dificuldade em demarcar os limites entre Portugal e Espanha, nas terras do sul da América, levou à necessidade do reforço militar na região; para isso, a Coroa portuguesa recorreu aos estancieiros que, com suas forças irregulares, vão fazer a defesa da terra. Isso obrigou a Coroa a conceder autoridade aos senhores de terra no Rio Grande do

[3] V. Anais da Biblioteca Nacional, LXXXI, p. 47.

Sul, ao mesmo tempo em que distribuía sesmarias na bacia do Jacuí, aumentando a ocupação do interior.

O clima de beligerância permanecia no Rio Grande. Isso fez com que a Coroa concedesse uma certa autonomia do poder local em relação à administração lusa, o que propiciava a renovada militarização da sociedade gaúcha, onde todo homem válido era um soldado em potencial.

Pesavento ainda acrescenta (1980, p. 21),

> a crescente importância militar da zona proporcionou a que, administrativamente, a região fosse elevada, em 1760, à condição de capitania - a "Capitania do Rio Grande de São Pedro" - desvinculada de Santa Catarina, com sede em Rio Grande e subordinada ao Rio de Janeiro.

No ano em que foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso (1777), entre as Coroas Ibéricas, registrou-se a terceira ofensiva castelhana, quando o Vice-Rei do Prata D. Pedro de Ceballos, tomou, aos portugueses, Sacramento e a Ilha de Santa Catarina e, considerando a decadência das minas e a queda de Pombal, a Espanha impôs a Portugal a perda de Sacramento e das Missões em troca da Ilha de Santa Catarina.

Seguiu-se um período de paz (1777-1801) marcado pelo desenvolvimento da economia sulina. O enriquecimento, proporcionado pela economia da pecuária e do charque, aumentou os desentendimentos entre a camada senhorial e os representantes da Coroa, na mesma proporção em que as milícias locais se adonavam de extensas áreas além dos campos neutrais, apropriando-se dos cargos em detrimento dos interesses coloniais lusitanos.

Realmente, o Tratado de Santo Ildefonso não trouxe ao Brasil nenhuma vantagem territorial. Por ele, as Missões Orientais do Uruguai, que pelo Tratado de Madrid passariam ao domínio português, continuariam espanholas, bem como a Colônia do Sacramento. Nessas condições, o Rio Grande de São Pedro teve diminuído o seu território: a linha fronteiriça convencionada partia não mais da enseada de Castilhos Grande, mas do arroio Chuí, e a sua inflexão para noroeste seguia pelas cabeceiras dos rios que vão desaguar no Prata e no Uruguai. A navegação destes, até a desembocadura do Peperi-Guaçu, ficou

garantida à Espanha. Em compensação, devolvia-se aos portugueses a ilha de Santa Catarina então ocupada por Cevallos.

Outra inovação do tratado constitui-se no estabelecimento dos *Campos Neutrais*, faixas de terra entre as lagoas Mangueira e Mirim e a costa marítima que não poderiam ser ocupadas por nenhuma das nações contratantes: "de sorte que nem os Portugueses passem o Arroio do Taim, linha reta ao mar até a parte meridional, nem os Espanhóis o Arroio Chuí e de São Miguel até a parte setentrional". Nesses espaços neutros, nenhuma das nações poderia edificar povoações, fortaleza ou estabelecer guardas ou postos de tropas. A pretensão da Espanha, ao estabelecer os *Campos Neutrais*, era criar um cinturão desértico em torno do Prata para evitar que estabelecêssemos comércio com as províncias do Vice-Reinado.

O Conselho das Índias e a Casa de Contratação de Sevilha não queriam que o comércio se tornasse livre. Receavam que o florescimento deste oportunizasse e intensificasse o contrabando com o Peru, a preocupação, pois, não era apenas de ordem política. A iniciativa portuguesa com o estabelecimento da Colônia do Sacramento mostrava que se poderia criar uma situação econômica próspera para os povos dali com a exploração intensiva do gado, o que poderia levá-los à maioridade política. Nesse tempo, a Europa vivia a fase do Mercantilismo: tanto mais rica seria a nação que mais acumulasse metais nobres.

Sabemos que os *Campos Neutrais* acarretaram problemas para ambas as nações; ali se criou uma terra de ninguém, onde aventureiros, índios, mestiços, brancos rebeldes de ambos os lados se refugiavam. Em momento algum, serviu para evitar o contrabando ou impedir a comunicação dos vassalos. A realidade era mais forte que a ficção jurídica. Já se desenvolvera bastante o comércio entre o Uruguai e a futura Capitania de São Pedro. As tropas de mulas e cavalos pretendidas pelas capitanias centrais e o gado com que se iria desenvolver a indústria do charque transitavam pelo território neutro, apesar da vigilância das autoridades.

A proibição de construir fortificações ou localizarem tropas ali, se, por um lado, enfraquecia o nosso sistema defensivo, causava maiores danos à Banda Oriental, que possuía um território mais plano que o do Rio Grande do Sul e acabava exposto a invasões procedentes do Norte. Nessa época, o Rio Grande de São Pedro via suas relações com o

Prata sob ângulos mais modestos, colocando-se na posição de pecuarista e agricultor, não lhe faltando mercado para seus produtos. Vinham buscá-los por mar e por terra, através de Sorocaba, processava-se o intercâmbio, ligando a região sulina, com mais fortes laços econômicos, ao Centro e ao Norte do Brasil.

Para Pesavento (1980, p. 23),

> com a conquista das Missões Orientais, em 1801, por Manuel dos Santos Pedroso (um estancieiro/soldado) e José Borges do Canto (desertor dos Dragões e contrabandista), como beneplácito das autoridades portuguesas, o Rio Grande do Sul conquistou a sua fronteira oeste. As missões, que se achavam em decadência sob a administração espanhola leiga, transformaram-se em nova área para expansão das sesmarias.

José Borges do Canto, rio-grandense natural de Rio Pardo, filho de açorianos, serviu no Regimento dos Dragões, beneficiado com a anistia e perfeito conhecedor do oeste, desde que desertara, vivia na região missioneira entregue ao tráfico de muares e gado vacum. Diante da perspectiva de um conflito, apareceu em Rio Pardo para apresentar-se ao Regimento dos Dragões e, pelo feito, foi agraciado com a patente de capitão. Recebeu armas e munições do Tenente Coronel Correa Câmara, que lhe deu liberdade para engajar a seu serviço homens desejosos de colaborar no arriscado empreendimento, com característica de aventura e à revelia do governo, de conquistar a fronteira oeste.

Borges do Canto[4] já não estava só, outros patriotas cooperavam para seu êxito. Fontes manuscritas revelam que a incursão de 1801 foi precedida de entendimentos com os caciques guaranis que auxiliaram aos luso-brasileiros contra os odiados corregedores espanhóis. Preparado o terreno, Borges do Canto seguiu com seus homens. E a atmosfera favorável tornou possível a ocupação de um vasto território que nos fora adjucado (interditado pelo Tratado de Madrid, os trâmites políticos o deixaram em mãos de espanhóis pelo ajuste de Santo Ildefonso).Tal acontecimento se deve à ação do comandante da fronteira Tenente-Coronel Correa Câmara. Graças a sua compreensão e providências, incorporaram-se definitivamente ao Brasil os campos do Oeste.

[4] Cruz Alta tem uma avenida com seu nome.

Entendemos que o militarismo no Rio Grande do Sul tem suas raízes, primeiramente, na concessão de sesmarias, que oportunizou o latifúndio, e o desenvolvimento da pecuária, que oportunizou o surgimento da camada senhorial bem como o seu fortalecimento, na pessoa do caudilho.

1.2 "Cruz Alta Velha"

A formação espacial de Cruz Alta está relacionada ao guarani missioneiro, aos tropeiros paulistas e curitibanos, como Corpo de Milícia de Fronteira; posteriormente chegaram imigrantes. A região onde hoje se situa Cruz Alta, desde o século XVII, teve, em seu contexto, o trabalho dos missionários, dos tropeiros e dos militares procedentes do centro do país. A prosperidade do trabalho dos missionários e a criação de gado proporcionaram o estabelecimento de caminhos que interligam esta região com o centro do Brasil. Historicamente estes caminhos foram o ponto de partida para a formação dos primeiros povoados onde se fixaram os estancieiros.

A chamada República Theocrática do Guayra[5], fundada em 1610 pelos missionários espanhóis ao longo da margem esquerda do rio Paraná, onde encontraram uma população indígena de aproximadamente duzentos mil índios dóceis e inocentes, vivendo em plena liberdade, foi destruída pelos bandeirantes paulistas e mamelucos entre 1629-1641. Os primeiros confrontos bélicos do povoado português do atual Rio Grande do Sul foram contra os índios aí reunidos em 18 reduções jesuíticas, fundadas entre 1626 e 1638. Elas foram atacadas pelos bandeirantes paulistas de 1629 a 1641 em cinco expedições de bandeirantes.

A primeira expedição, chefiada pelo bandeirante Raposo Tavares e constituída de 120 paulistas e 100 índios tupis, entrou pela região de Vacaria, atingiu o rio Jacuí, donde navegou até Rio Pardo. Ali, destruiu a redução de Jesus-Maria-José (atual Rio Pardo) fundada pelo padre Pedro Mola, em novembro de 1633 (reunia uma população de 8000). A

---

[5] *Guáyra, Guahyra ou Guayrá,* tres orthépias usuaes, e Guayrá que seria a melhor graphia (*gua* - campo; *irá* - mel, ou segundo outros linguistas - *lugar onde se vai e não se volta),* foi o nome que Irala, seu conquistador, deu àquela terra, em virtude de ter sido bem acolhido pelo mais famoso de seus caciques, assim chamado. (LIMA, 1931, p. 5)

redução foi defendida por 300 índios entrincheirados, dos quais meia dúzia usava arcabuzes e os restantes flechas. O combate ocorreu no dia 2 de dezembro de 1636.

A segunda expedição (1637-39), comandada pelos irmãos Bueno, percorreu o itinerário da expedição anterior até Rio Pardo; dali, Jerônimo Bueno fez a varredura do Ibicuí até Itaqui e André Fernandes retomou o Jacuí e transpôs o Vale do Ijuí, onde procedeu a varredura, tendo passado pelas atuais Cruz Alta e Santo Ângelo.

A quinta expedição (1640-41), comandada pelo bandeirante Jerônimo Pedroso de Barros, também passou por Cruz Alta, mas, entre os arroios Santa Maria (ex-M.Bororé) e Itacaruaré-Grande, foi atacada por 4000 índios, dos quais 300 armados com arcabuzes e peças de Artilharia de taguaruçu[6]

Essas bandeiras tiveram por missão estratégica destruir a Província de Tape, que começou a fixar-se no hoje território da 3ª RM, em 1626. O Império Jesuítico-Guarani, em desenvolvimento na bacia do Prata, ameaçava expandir-se na direção de São Paulo e, ali, romper a linha das Tordesilhas (1494). Hoje, segundo a História Militar, há provas de que essas bandeiras estrategicamente cumpriram a missão de contenção dos espanhóis no sul do país.

[6] Taguaruçu: bambu retovado com couro. Livro Histórico p.75.

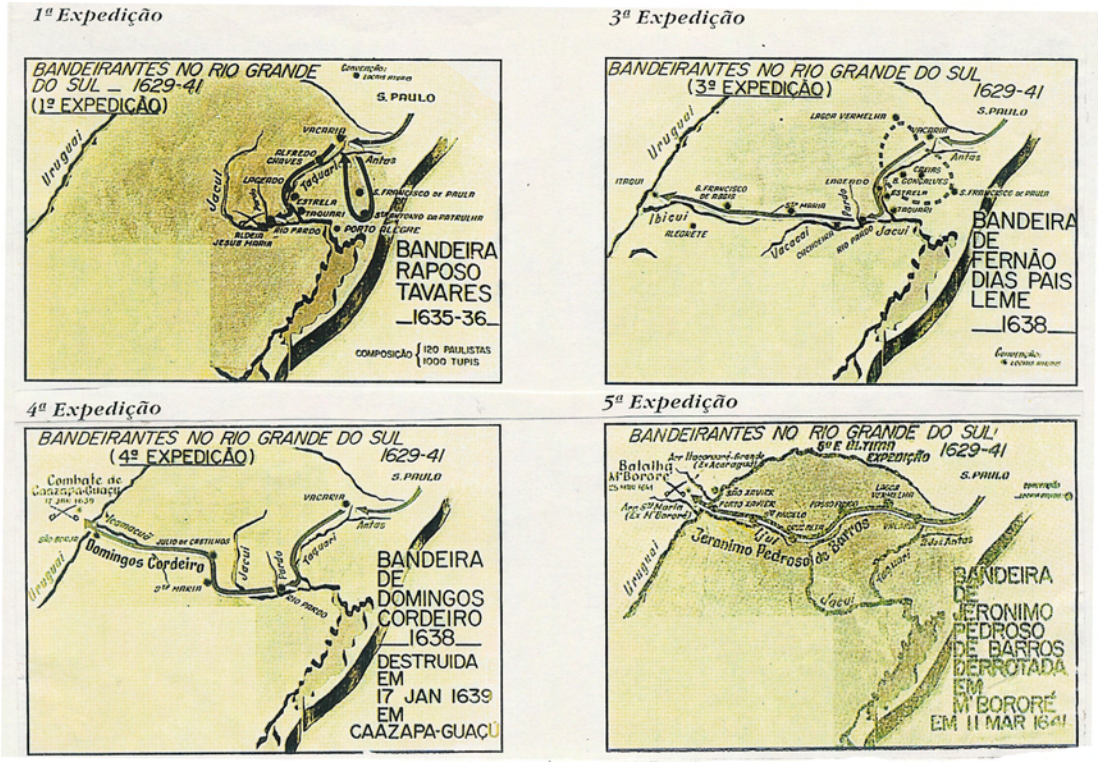


Figura 1 – Bandeirantes no Rio Grande – 1635 - 41. Fonte CMS 3ª RM Desenhos Bené – pesquisa, texto e orientação – Coronel Cláudio Moreira Bento.

Esses aventureiros, verdadeiros corsários terrestres, eram ao mesmo tempo denodados exploradores e desumanos escravocratas: em busca de minas de prata e escravos indígenas, percorreram densos e intérminos sertões, desde a antiga Piratinga até o Amazonas para o norte, até o rio da Prata para o sul. Principalmente sob o comando de Antônio Raposo Tavares, fizeram diversas investidas contra Guairá, arrebatando de lá mais de quinze mil indígenas que levavam para vender como escravos.

Assim é que, das vinte e uma povoações existentes em 1629, algumas delas rivalizando com as mais adiantadas do Paraguai, a cuja circunscrição eclesiástica então pertenciam, não restaram senão duas: Loretto e Santo Ignácio Guassu, as duas maiores e mais ocidentais. Nessas duas reduções, concentraram-se os jesuítas António Ruiz Montoya e Francisco Vasques Truxillo. Ali permaneceram algum tempo, na expectativa dos prometidos socorros militares, que nunca lhes foram enviados.

Na iminência de novo assalto, resolveram abandonar para sempre aquelas regiões, rumando para os confins meridionais do Brasil. Entretanto, nem todos os índios aderiram à retirada; alguns preferiram regressar à primitiva vida selvática; outros, menos previdentes, deixaram-se ficar ali, acabando nas mãos dos Bandeirantes, os quais, numa última

investida, destruíram quase por completo as reduções. Em setecentas jangadas e numerosas pirogas (canoas), deixando a maior parte de seus teres e haveres, exceto a mais abundante porção de piracui[7], lançaram-se à correnteza do Paraná, em busca do destino, que só a fina clarividência de Montoya e Truxillo poderia antever.

Em resumo, sofrer toda a sorte de rigores e intempéries, foi o que aquela pobre gente teve que enfrentar para fugir à sanha da pirataria. E, em conseqüência dessa miséria e sofrimento, uma epidemia dizimou centenas de pessoas, principalmente velhos e crianças. Chegando ao Goyo-En, passo no rio Uruguai, tiveram de improvisar barcos de couro vacum[8] para passar os que não sabiam ou não podiam passá-lo a nado. Após semanas de penosa marcha, chegaram, enfim, às cabeceiras do Acarahy (Jacuy) onde julgaram ser lugar apropriado para seus estabelecimentos. Ao longo das margens orientais desse rio, desde a nascente, na região de Palmeira até a confluência do Vaccacahy[9] fundaram várias povoações. Isso ocorreu mais ou menos em 1633.

Percebe-se aqui que a ação missionária dos discípulos de Loiola, dividida em duas linhas de penetração, a portuguesa e a castelhana, estiveram a ponto de encontrarem-se no Vale do Jacuí. Porém eram forças antagônicas quanto à nacionalidade e por isso não se fundiram. Não faltaram sugestões de que o que era desejo de muitos deles se expressasse num único trabalho missionário, concretizando o que era desejo do padre Cristobal, considerando, também, que as duas coroas ibéricas estavam unidas sobre uma só cabeça, (União Ibérica de 1580 a 1640). Mas o sentimento nacional de espanhóis e portugueses prevaleceu. E, quatro anos após o encontro das duas correntes missionárias no vale do Jacuí, recuando o jesuíta português, cai sobre as reduções espanholas a violenta ação predatória dos bandeirantes. Em cinco anos, de 1636 a 1641, repetem-se aqui os acontecimentos de Guairá: as reduções foram totalmente aniquiladas.

Os vestígios da passagem dos jesuítas ficaram marcados no local, a duas léguas da atual cidade, onde edificaram uma Capela ao Menino Jesus, na frente da qual ergueram

---

[7] Farinha feita de peixe seco. (LIMA, Josino. 1931, p. 8).

[8] Encontravam-se por essas regiões manadas de animais bovinos *alçados,* que, aliás, constituíram o casco das primitivas fazendas de criar. Com a pele desses animais fizeram, pois, os *tragectiles,* vulgarmente denominados *pelostas,* sendo sem dúvida essa a origem do nome, porque ainda hoje é conhecido o Uruguay dali para cima. (LIMA, Josino 1931, p. 12).

[9] Vaccacahy é provavelmente, corrupção, de *Quacacahy,* nome com que, até meado do século XVIII, figurava nos mapas esse arroio. (LIMA, Josino 1931, p. 12).

uma enorme cruz de madeira próximo à Capela. Transferiram-se aos poucos os moradores da região, tendo a agricultura rudimentar como principal meio de subsistência.

Por esse tempo, tratavam os Missionários de fundar fazendas de criação, povoando-as com animais vacum alçados[10], abundantes na região e com outras espécies de gado - ovelhas, cabras e cavalos, importados de Entre-Rios e do Paraguay. Tais fazendas foram Itaroquen, Santa Thecla, São Bernardo, São Pedro Tujá, Tupaceretã e Conceição[11]. Para esta última, a mais longínqua e oriental de todas, mandaram João Rodrigues da Cruz, como administrador. Ali chegando, estabeleceu-se com criados indígenas e pessoal necessário para o custeio da fazenda, inclusive frei Seráfico das Chagas, como capelão.

Um ano após sua estada na Conceição, nasceu sua primeira e única filha. Nasceu na noite de São João, quinta-feira, 24 de junho de 1660, dia onomástico do pai em plena lua cheia (jacy abaguassú)[12], por isso, deu-lhe o nome português-guarani de Joana Jacy da Cruz. Uma semana após o nascimento da menina, Arabella, sua mãe, morreu vítima de febre puerperal.

Em um dos costumeiros passeios dominicais que João Rodrigues realizava em companhia da filha Jacy, desenrolou-se o episódio que originou a *Lenda da Fundação de Cruz Alta*. Os acontecimentos registrados por Josino dos Santos Lima referem-se à morte do administrador João Rodrigues da Cruz ao ver a filha Jacy acariciando a fera *Oa* existente na região, segundo afirmam vários historiadores, como Southey (*opus cit.* vol III, p.391) e Padre Teschauer (id. id., vol. I, p.44).

No dia seguinte ao sepultamento do capataz, frei Seráfico encaminhou relatório aos Missionários em São Nicolau, dando conta do lamentável sinistro, detalhando o acontecido como "estupendo milagre, operado por Jacy e solicitando providências a respeito dos negócios da fazenda".

Conforme Lima (1931, p. 24-26),

> [...] no fim de vinte e oito dias, chegava novo administrador, em cuja companhia veio também um sindicato de três Missionários

[10] Gado que fugiu para o mato ou se extraviou, tornando-se bravio, selvagem.
[11] Havia outra fazenda com o mesmo nome de Santa Thecla, em baixo da Serra, aliás a maior de todas. *Tujá* significa velho. *Tupaciretan* também quer dizer terra ou pátria da Conceição: *Tupan* - Deus; *ci* - mãe, e *retama* ou *tetama* - terra ou pátria. (LIMA, 1931, p. 15)
[12] *Jacy* - lua; a*baguassú* - cheia. Sendo XVIII o número da epacta, correspondente ao ano de 1660, deveria ter sido lua nova a 9 de junho, mais ou menos, e cheia a 23. (LIMA, 1931, p. 15)

competentes para averiguar de perto a pura verdade do acontecimento.

Cientes de tudo, foram ao fatal lugar, que ficara assinalado com cinco pedras, dispostas em forma de cruz, no ponto em que João Rodrigues caíra morto, e ali mandaram chamar ALTA CRUZ, feita do tronco inteiro dum frondoso cedro, que havia nas imediações e, no sítio, onde encontraram a menina, deram ordem para que fosse erigida uma capelinha ao Menino Jesus, visto ter-se dado o fato no dia do Natal, sendo protagonista dele uma criança de sete anos apenas de idade.

Três meses depois, domingo, 25 de março de 1668, dia da Anunciação de Nossa Senhora, duodécimo aniversário do casamento de João Rodrigues, foi a mencionada capelinha inaugurada com sua primeira missa, celebrada por frei Seráfico das Chagas, em honra da Virgem Maria, Santíssima Mãe de Jesus, por intenção da alma de João Rodrigues e em ação de graças pela milagrosa salvação de Jacy. Ao Evangelho, pregou um dos Missionários, frei Luis de Sousa, lastimando o precoce desaparecimento do honrado administrador, fazendo o panegírico da Santa Virgem, naquele dia milagrosamente concebida e enaltecendo o milagre realizado por Jacy, comparável, disse ele, ao do profeta Daniel, que, lançado no covil dos leões, ileso ficara[13]. Perorando, acrescentou que, assim como Maria era a Rainha dos Céus (Regina Coelorum), Jacy seria, dali em diante, para eles, a Rainha das Missões (Regina Missionum).

Dias depois, partiram os Missionários para S. Nicolau, levando consigo a interessante menina, mais a dedicada ama, que a criou e a doméstica Oa, que havia se tornado tão mansa e inseparável dela, como o de S. João Baptista simbólico cordeirinho (*Agnus Dei).* Lá chegando, mandaram educá-la, qual princesinha, que de fato o era em formosura, graça e bondade.

[13] Biblia (*Velho Test.*. liv. Dos Reis, cap. II, ver. 11).

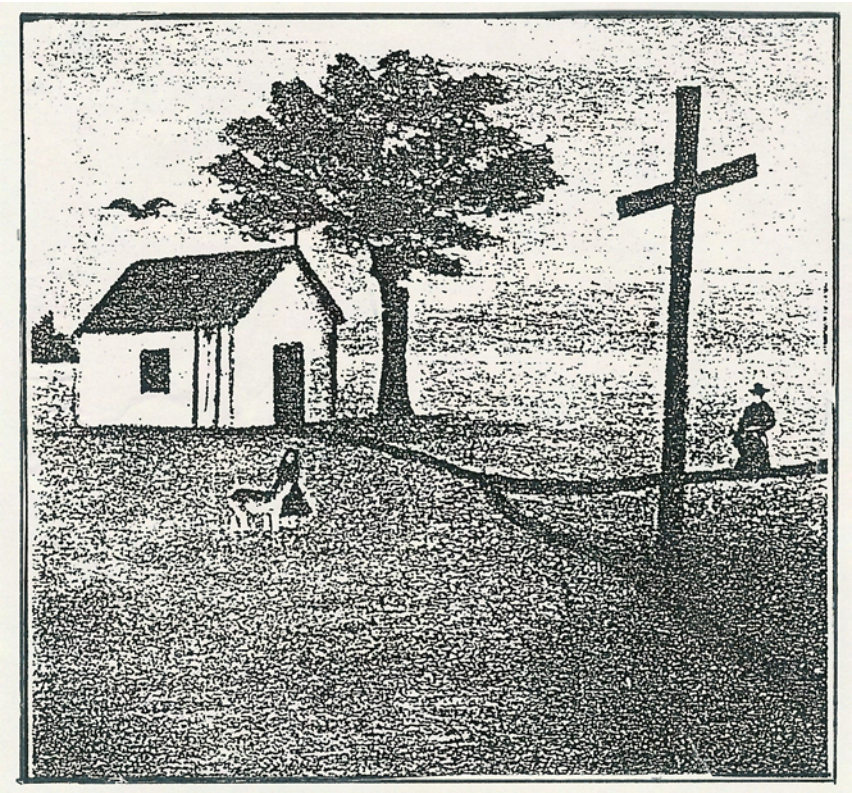


Figura 2 – O clichê representa a Capela do Menino Jesus, com cruz de madeira, um trabalho do Frei José de Sant'Avertana que antes de morrer, o legou ao cidadão Manoel Gomes de Moraes. Mais tarde Josino dos Santos Lima obteve o original (Fonte-História de Cruz Alta – Rocha – 1980).

E foi em torno da capela do Menino Jesus, considerado lugar abençoado, que diversos agregados da fazenda Conceição e alguns imigrantes, principalmente da Fronteira do Guarany, vieram construir seus ranchos.Também não podemos deixar de enfatizar que a salubridade do clima, a abundância das matas (esta região está dentro da área que modernamente faz parte do chamado *Crescente Fértil* do estado) foram fatores preponderantes para que muitas pessoas aqui se instalassem nos últimos decênios do século XVIII, requerendo a quem de direito (Comandante da Fronteira) sesmarias de campos para criação de gado, principalmente vacum e muar.

1.3 Da fundação do município à Mui Leal Cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta

Geograficamente, o hoje município de Cruz Alta situa-se a 28º 36'20" de latitude sul em relação aos Paralelos e a 56º36'34" de longitude oeste tomando como base os Meridianos. Observando-se o traçado natural dos terrenos, as coxilhas predominam nas paisagens do município, numa zona de Planaltos, com altitudes que variam de duzentos a quatrocentos metros; a vegetação que predomina são os campos que, por suas características, possibilitam a exploração das atividades agropastoris.

A história de Cruz Alta insere-se em mapas e documentos da História do Rio Grande do Sul por volta de 1687, no chamado 2º Ciclo Missioneiro, entre o *Mato Castelhano* e *Mato Português,* o chamado *caminho a pé enxuto* que ligava a região missioneira - Missões com as vacarias, tanto a *Vacaria del Mar* inicialmente, como a *Vacaria dos Pinhais*, trajeto que passava pelo *Pouso de Cruz Alta*, o qual conduzia até suas estâncias. Segundo Hemetério J. Veloso da Silveira (1909, p. 240), o *Pouso da Cruz Alta* organizou-se em torno da *Capela do Menino Jesus*, construída pelos jesuítas, localizando-se a 15 quilômetros da atual cidade.

Os vestígios da passagem dos jesuítas ficaram marcados no local, a duas léguas da atual cidade, onde edificaram uma capela ao Menino Jesus, na frente da qual ergueram uma enorme cruz de madeira. A cruz constituiu-se historicamente, em um marco importante que gerou o povoamento da localidade.

De acordo com Pesavento (1980, p. 15),

> as estâncias de gado, que se constituíram, realizavam uma criação extensiva do rebanho, utilizando como mão-de-obra os peões. Estes eram elementos subordinados do antigo bando armado ou índios egressos das missões. Embora se registrasse o uso de escravos nas estâncias, a atividade de criação subsidiária da economia central do país, não foi capaz de propiciar uma acumulação que permitisse a introdução regular de negros na região, convertendo-se em mão-de-obra fundamental no processo de trabalho.

Conforme explica Cruz (1998, p. 9),

> [...] com a assinatura do Tratado de Madrid, ficaram responsáveis pela demarcação dos limites meridionais, o português, capitão-general do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, depois Visconde de Bobadela e D. Gaspar de Murive, Marquês de Valdelírios e Vice-Rei de Buenos Aires. Essa Comissão Técnica Binacional contava com uma equipe de engenheiros, topógrafos e cartógrafos, entre outras pessoas que se faziam necessárias à demarcação. Os trabalhos tiveram início em setembro de

> 1752, apesar de não ser possível levar a termo devido às 'Guerras Guaraníticas' (1754 -1756).

Os indígenas não concordaram com os termos do Tratado, enquanto portugueses e espanhóis acusavam os jesuítas de protelarem a mudança, instigando os indígenas. As exigências feitas pelos portugueses não foram atendidas. Em julho de 1754, as batalhas entre lusos e espanhóis contra os índios recrudesceram a Guerra Guaranítica que se prolongou até dezembro de 1756, quando a cavalaria espanhola entrou em São Nicolau aniquilando os sobreviventes.

A tentativa de Gomes Freire de Andrade, Visconde de Bobadela, de preservar as terras conquistadas para Portugal, com a vinda de casais de açorianos, não atingiu seu objetivo, pois, devido à Guerra Guaranítica, os mesmos procuraram assentamento no Porto de Viamão. Por ordem de Gomes Freire de Andrade, em 1738, o tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu conseguiu levar suas mercadorias pelo caminho mais curto - o que ligava as Missões a Laguna, passando por Cruz Alta. Esse caminho das Missões pelo planalto foi aberto pelos jesuítas missionários já no século XVII.

Além do caminho usado por Lagoa Vermelha e Vacaria, onde transpunham os rios Canoas e Pelotas, outro caminho por terra é o que teria sido aberto por João José de Barros[14] que, de regresso para São Paulo, com sua tropa de bestas vindas da fronteira, por não querer dar a grande volta da estrada de Viamão, cortou caminho pelos campos desertos da hoje Cruz Alta, usando assim o chamado *caminho a pé enxuto*, até então conhecido pelos indígenas que habitavam a região, passando por Passo Fundo até chegar ao Mato Castelhano. "Assim principiaram a povoar-se os campos e matos de todo o território da grande comarca de Cruz Alta, que com o tempo será uma nova província".[15]

---

[14] ANUÁRIO DE CRUZ ALTA: em comemoração ao 128° aniversário de fundação da cidade. 1949. João de Barros, foi um dos pioneiros da fundação da povoação de Cruz Alta e um dos primeiros a obter aqui concessão de sesmaria, como o reconhecem todos os nossos historiadores - Evaristo A. de Castro - Noticia Descritiva da Região Missioneira; Josino dos S. Lima - Cruz Alta, sua fundação; Hemetério V.da Silveira – (As Missões Orientais, p. 350).

[15] ANUÁRIO DE CRUZ ALTA: em comemoração ao 128° aniversário de fundação da cidade, 1949. De um trabalho do Cônego Leme, existente na Câmara Municipal da Vila da Palmeira, transcrito na integra na Notícia Descritiva da Região Missioneira, de Evaristo A. de Castro, p.103 e citada também por Francisco A. X. e Oliveira - na Terra dos Pinheirais, p. 23.

A seguir no mapa de autoria do padre Leme, registrado nos livros da Paróquia de Cruz Alta, o itinerário percorrido pelo tropeiro João José de Barros:

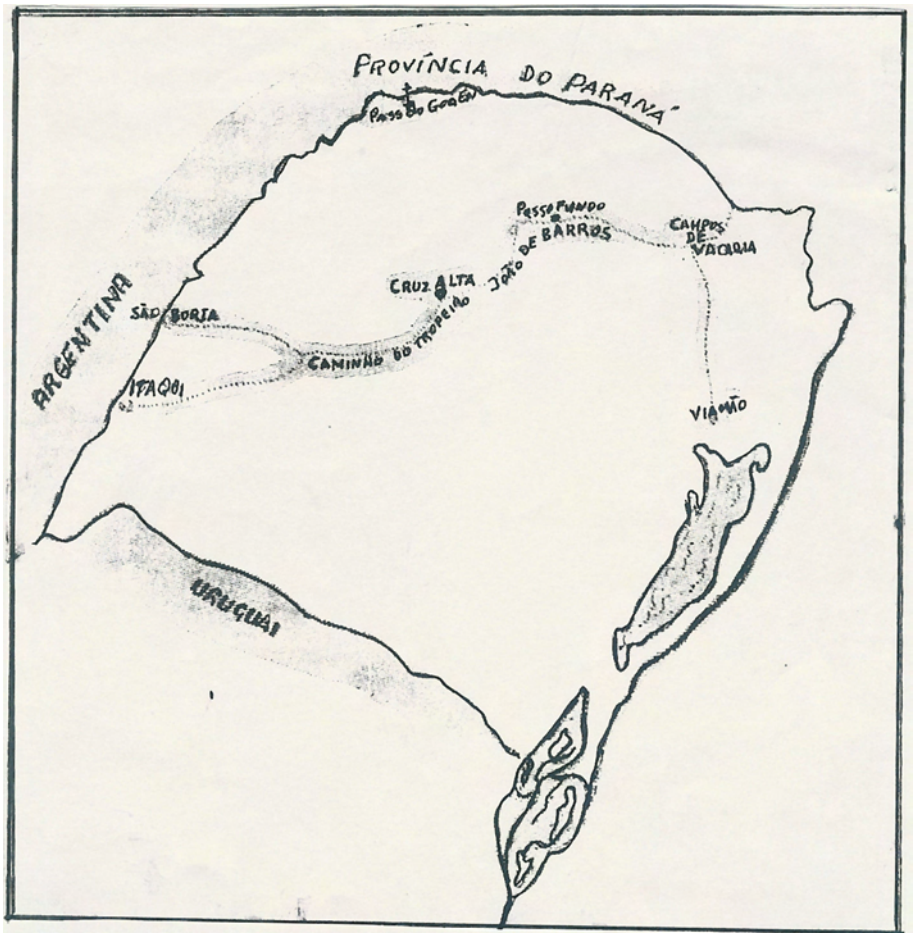


Figura 3 – Mapa do itinerário percorrido pelo tropeiro João José de Barros.(Fonte; Acervo Rocha)

Um trabalho de autoria do Padre Leme existente no arquivo público de Palmeira das Missões, copiado por Evaristo Afonso de Castro, confirma na sua integralidade, as notícias registradas pelo Padre Pompeo, nos livros da Paróquia de Cruz Alta, permitindo-nos a reprodução num mapa, do itinerário percorrido pelo tropeiro João José de Barros que conduzia tropas de mulas para a feira de Sorocabana. A seguir transcrevemos o texto do Padre Leme que explica o itinerário percorrido por João José de Barros:

> Tendo muito antes desse tempo, o paulista João José de Barros, negociante rico de bestas, em uma de suas viagens de regresso a São Paulo, com tropas de bestas, vindas da fronteira, por não querer dar a volta pela estrada de Viamão e subir a serra, para passar por

> Santo Antônio, em direitura da Vila de Lages, pelo seu tino ou instinto, cortou pelos campos desertos de Cruz Alta, passando por "Passo Fundo" hoje vila, até chegar ao Mato Castelhano, arriscando a existência de seus companheiros, por serem nesse tempo, esses lugares habitados por indígenas, homens indômetos, sem encontrar gente civilizada que o coadjuvasse em sua enérgica, como perigosa empresa.
>
> Depois de ter posto a sua tropa em segurança, e cuidado de seus encarregados, tratou de abrir, como abriu, um caminho atravessando o mesmo mato, na extensão de três léguas, saindo em Campo de Meio e prosseguindo na distância de seis a sete léguas, chegou ao Mato Português que também atravessou por um caminho que abriu e foi sair na antiga estrada que segue para Viamão, por Santo Antônio da Patrulha, em direção à referida Vila de Lages, donde segue para São Paulo. [...] esse caminho encurtava consideravelmente a distância e o tempo da tropeada, vindo estimular a intensificação desse comércio de bestas. Com o andar dos tempos, pelas suas aguadas, ótimas pastagens, amenidade do clima, Cruz Alta convertia-se em pouso dos tropeiros. Assim foram estabelecidos os primeiros ranchos - que eram estâncias embrionárias - sem que os moradores tivessem a exata perspectiva do sentido histórico daquele processo civilizador. Esses rudes bandeirantes, por ora, não eram os grandes sesmeiros que mais tarde obteriam as léguas de sesmarias. . (Fonte: Acervo pessoal de Rocha).

Com a incorporação definitiva do território missioneiro ao domínio português, a partir de 1801, intensificou-se a ocupação deste espaço, principalmente, pela concessão de sesmarias a tropeiros paulistas, paranaenses e militares, confirmando, dessa forma, a raiz histórica da formação de grandes propriedades agropecuárias.

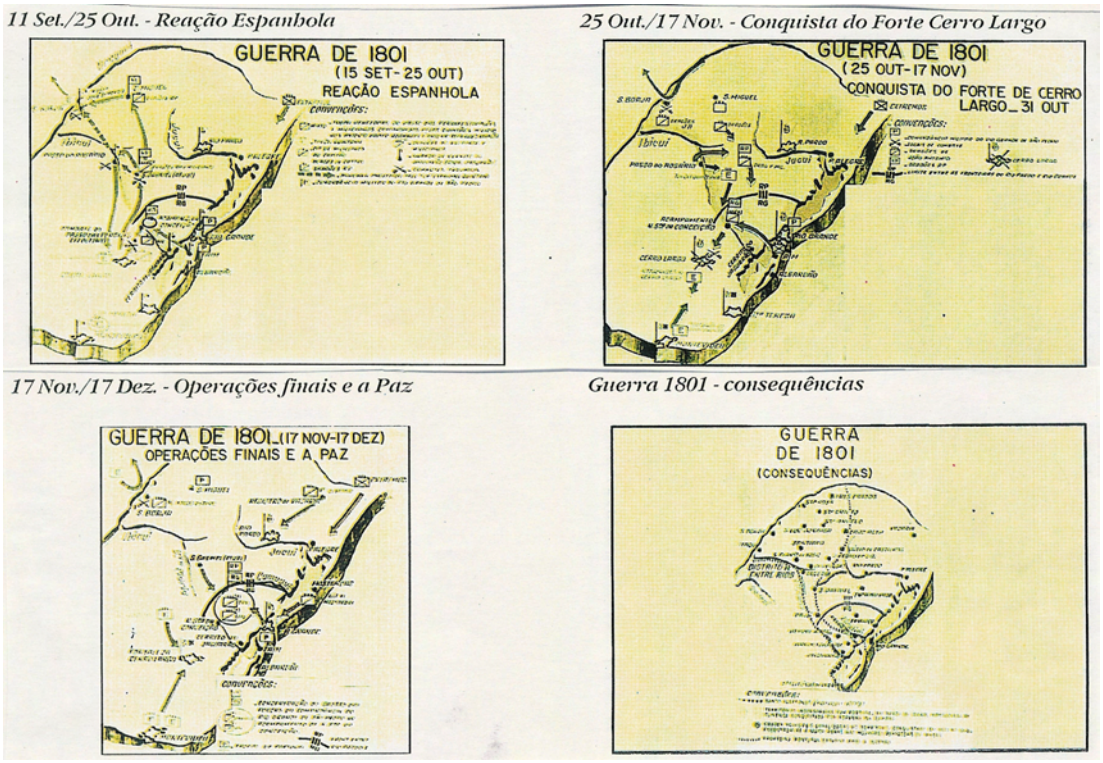


Figura 4 - Guerra de 1801 – Conquista dos Sete Povos das Missões.(Fonte: CMS 3ª RM – Desenho de Bené/Pesquisa, texto e orientação – Coronel Cláudio Moreira Bento)

Entretanto, historiadores como Evaristo Affonso Castro, Josino dos Santos Lima, Hemetério Veloso da Silveira, em suas obras, afirmam que João José de Barros foi um dos primeiros a receber concessão de sesmarias em Cruz Alta, datando de 1810. Outro nome, entre os pioneiros de Cruz Alta, é Gabriel Rodrigues de Carvalho (o Bulcão). Esses dois nomes são tidos como precursores da ocupação do, hoje, município de Cruz Alta.

De acordo com Rocha (1980, p. 16),

> [...] dentre os primeiros sesmeiros estabelecidos por estas paragens, incluiu-se o nome de Gabriel Rodrigues de Carvalho, conhecido popularmente por Bulcão, detentor de grandes recursos e de muitos escravos. A ele, agregaram-se posseiros e meeiros, segundo os costumes daqueles tempos em que não havia nenhuma dificuldade a quem desejasse trabalhar um trato de terra. Em torno, ou dentro do próprio latifúndio, era corrente, o agregarem-se outros moradores que talvez não eram os "homes de calidades" para receberem as terras de sesmarias.
>
> A presença desses homens, portadores de recursos, donos de muitos escravos, veio estabilizar o povoamento nascente, em áreas virtualmente devolutas. JOÃO JOSÉ DE BARROS que a certo modo liderava aquela gente, reuniu os moradores em algum ponto, nas proximidades da Capela do Menino Jesus onde fora erigida a cruz de madeira, para decidir o retorno ao sítio primitivo,

> exatamente onde está localizada a Cruz Alta de hoje. Gabriel Rodrigues Carvalho (Bulcão) concordou com boa vontade em ceder parte de seu latifúndio para o retorno dos moradores, que se radicaram nas proximidades de um bosque, que constitui o atual bairro da Capoeira, finalmente denominado Bairro São José. Posteriormente, começou a ser derrubada a mataria, permanecendo, apenas, uma vegetação rasteira, o que deu origem a denominação de 'Capoeira'.

Conforme o exposto, este fato levou ao esvaziamento da chamada *Cruz Alta Velha*, onde permaneceu apenas o sesmeiro Antonio Moreira da Silva, em sua estância de duas léguas de sesmarias. Sentindo a necessidade de estruturar a vida dos moradores da região e, assim, conseguir desenvolver o núcleo populacional que daria origem a um núcleo político-administrativo que pudesse proporcionar a valorização da terra, a vida social e jurídica, reuniram-se os moradores, no dia 10 de junho de 1821 - domingo do Espírito Santo - e, os que sabiam assinar, subscreveram um documento coletivo, endereçado à Junta Governativa da Província, pleiteando a aquisição de sesmarias e a autorização para formarem um povoado com todas as formalidades legais. (CRUZ, p. 14-15.)

Conforme Rocha (1980, p. 18),

> [...] o historiador Josino dos Santos Lima, atribuiu a João José de Barros a iniciativa de reunir os moradores e requerer a fundação da localidade; o ilustre Hemetério Veloso confere a Vidal José do Pillar essa mesma iniciativa. Josino foi paciente e tenaz pesquisador da história de Cruz Alta. Hemetério Veloso, erudito historiador, cingiu-se à narrativa dos fatos, segundo apontamentos, a tradição oral e a observação pessoalmente recolhida. Desta divergência, tem decorrido alguma controvérsia, que ficou liquidada com a identificação do documento original.

Como se verifica, a sucessão de ofícios, se completa com quatro documentos seguintes:

> I – Requerimento do povo de Cruz Alta, sem data, mas assinado a 10 de junho de 1821, requerendo ao Comandante de Armas da Fronteira, Antônio José da Silva Paulett, autorização para erigir a Capela, para a salvação das almas.
> II - Petição de 16 de junho de 1821, à Junta Governativa em que o Cel. Paulett envia o requerimento do povo de Cruz Alta e é favoravelmente informado.

> III – Ofício da Junta Governativa da Província de 4 de agosto de 1821, autorizando o Comandante de Armas a atender ao requerimento do povo de Cruz Alta, de conformidade com as Ordens Régias.
> IV - O documento datado de 18 de agosto, registrado no tabelionato de São Borja, finalmente autoriza o estabelecimento do povoado e demarcação das ruas.

A seguir transcrevemos a petição de 16 de junho de 1821:

> Ilmos. Exmos. Srs. do Governo Interino
>
> Tenho a honra de levar às respeitáveis presenças de V. Exa. E SS., o Requerimento dos habitantes do lugar denominado Cruz Alta, desta Província, que pretendem, à imitação dos moradores do lugar São Francisco de Assis, edificar uma capela e impetrar licença para na mesma se celebrar e se bem não mencionem o terreno que já necessitam para as edificações junto à, se faz preciso que V. Excia. e SS. tomando em consideração este objeto, hajam de deliberar sobre o mesmo a fim de promover a reunião do Povo no mencionado lugar e suas edificações.
> Conclui o documento: "Deus guarde a V. Excia e SS. muitos anos."
>
> São Borja, 16 de junho de 1821.
>
> Ilmo. E Exmo. Sr. Tenente General Manoel Marques de Souza e mais Srs. Joaquim Bernardino da Sena Ribeiro da Costa e Antônio José Rodrigues.
>
> (a) ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA PAULETT.[16]

Estavam andando as rodas da história, pois, como veremos, o documento recebeu apoio da Junta Governativa[17] que, a 4 de agosto de 1821, respondeu ao ofício do Coronel Antônio José da Silva Paulett, nos seguintes termos textuais:

> Reconhecendo esta resposta, quanto importa a El-Rei Nosso Senhor e ao Estado que promova e anime a habitação dessa Província; convimos em que V. As. mande medir e demarcar meia légua do terreno em quadro na conformidade das Ordens Régias, para fundação do Lugar ou Povoação de Cruz Alta nessa Província sobre cujo objeto versou o ofício de S. S. de 16 de junho deste ano; e a

[16] Arquivo Histórico do Estado (Lata 201, Dossiê 7, DEC 203).
[17] Arquivo Histórico do Estado, Lata 14, Livro 146, fls. 244.

> autorizamos ao mesmo tempo para a respeito da distribuição e concessão dos respectivos terrenos e de suas extensões, proceder, e regular-se pelo que já lhe deixamos insinuado sem data de hoje relativamente à povoação de São Francisco de Assis.
> Deus guarde a V. As.
>
> Porto Alegre, 4 de agosto de 1821.
> (a) Manoel Marques de Souza, Joaquim Bernardino de Sena Ribeiro da Costa, Antônio Rodrigues Ferreira e Antônio José da Silva Paulett.[18]

A petição foi deferida pela Junta Governativa da Província de São Pedro do Rio Grande em 4 de julho de 1821, a qual determinou ao Coronel Antônio José da Silva Paulett, Comandante Geral das Missões Orientais, que concedesse a área necessária para a futura povoação. O Documento Oficial, de 18 de agosto de 1821, que ratificava o pedido do comandante de fronteira é o seguinte:

> Tendo sido atendido o requerimento firmado pelo povo do distrito deste Comando, dirigido aos Senhores do Governo, para a concessão de terreno de lei, necessário à edificação duma povoação no lugar denominado Cruz Alta, ordeno a V. Mcê; que, conforme o espírito das ordens que acabo de receber, datado de 4 do passado, sobre este mesmo objeto, faça com brevidade; medir meia légua de terreno no lugar em que pretende formar a povoação, contendo desde o ponto em que desejam ter a Capela, um quarto de légua na direção de cada rumo, isto é; em rumos direitos de Sul a Norte e de Leste a Oeste, pondo marcos ou balizas que permaneçam seguros nos extremos das linhas assim medidas para que em todo o tempo se possam passar os rumos e travessões que devem ficar no quadro necessário da povoação. E, dentro do mencionado quadro, destinará V. Mcê. um terreno de um quarto de légua pouco mais ou menos, no lugar próprio e adequado para logradouro dos animais de todos os habitantes do lugar, os quais deverão ter suas habitações em ruas bem alinhadas e distorcidas. Cada rua terá 60 palmos craveiros de largura e cada morador 50 palmos contados na frente da rua e 200 ditos de fundos devendo no decurso de seis meses, requerer título legítimo do mencionado chão aos senhores do Governo da Capitania, que não poderá vender a outrem. São proibidos expressamente, as feituras de chácaras, dentro da meia légua em quadro, destinados à povoação, assim como ninguém poderá ocupar mais terrenos que aquele que lhe é destinado, salvo o caso de

[18] Documento existente no Arquivo Histórico do estado, Lata 201, Dossiê 7.

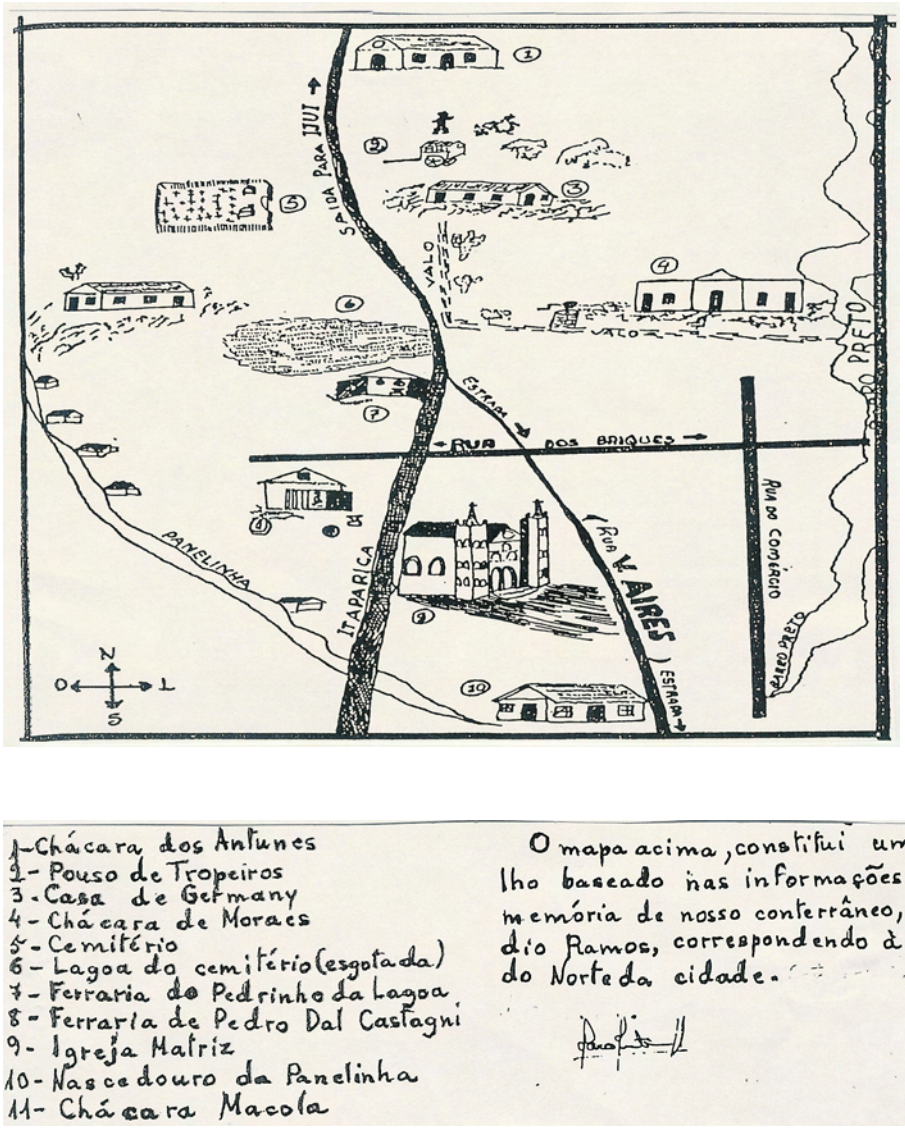
> comprar de outrem, que já possuir título legítimo. À frente da Capela se deixará uma praça quadrada e não deverá ter menos de uma quadra de 400 (quatrocentos) palmos em quadro.
>
> São Borja, 18 de agosto de 1821.
> Antônio José da Silva Paulett/ Sr. Antônio Pinto da Silva[19]

O Coronel Antônio José da Silva Paulett, dando cumprimento à petição despachada pela junta governativa da Província de São Pedro do Rio Grande, designou o agrimensor Antônio Pinto da Silva, administrador da redução de São João, a cujo território Cruz Alta estava jurisdicionada, para demarcar o local da povoação, com ruas devidamente alinhadas e orientadas nas direções dos pontos cardeais. Entretanto, o agrimensor Antônio Pinto da Silva não realizou a demarcação da Vila, pois sua permanência em Cruz Alta foi efêmera. Sabe-se pelas pesquisas do historiador Moacir Domingues que, em 1824/25, já era Comandante do Distrito de Cruz Alta o Capitão Joaquim Thomaz da Silva Prado, que procedeu a demarcação do rocio da Capela e dos terrenos para servidão pública[20]. O fato da demarcação inicial ter sido feita pelo capitão comandante da Vila de Cruz Alta já sinalizava ser o local um ponto estratégico, considerando a facilidade de se chegar às fronteiras do Uruguai e Argentina já repúblicas. Isso demonstra que a presença militar na região, justifica a vocação militar de nosso objeto de estudo desde as suas origens.

A seguir reproduzimos a figura do traçado do rocio de Cruz Alta tendo como fonte SCHETTER, 1993, p. 46.

[19] Este documento está transcrito do livro de Hemetério Veloso *As Missões Orientais e seus antigos domínios*, apud ROCHA, 1980, p. 19.

[20] Livro I da Câmara de Vereadores.



1-Chácara dos Antunes
2- Pouso de Tropeiros
3- Casa de Germany
4- Chácara de Moraes
5- Cemitério
6- Lagoa do cemitério (esgotada)
7- Ferraria do Pedrinho da Lagoa
8- Ferraria de Pedro Dal Castagni
9- Igreja Matriz
10- Nascedouro da Panelinha
11- Chácara Macola

O mapa acima, constitui um trabalho baseado nas informações e na memória de nosso conterrâneo, dr. Lucídio Ramos, correspondendo à situação do Norte da cidade.

Figura 5 – Planta Baixa da demarcação do rocio- 1824/25

Justificamos com base na colocação de Moacir Domingues de que Vidal José do Pillar só veio para Cruz Alta em 1828, em decorrência da invasão de Fructo Rivera nas Missões, vivendo até então em sua estância à margem esquerda do rio Jaguari. Reforçando nossa posição, não encontramos comprovação de sua assinatura em documentos dessa época, embora existam afirmações de que o referido cidadão tenha sido o responsável pelo traçado inicial do rocio. Logo, concluímos que não foi ele quem mandou traçar a planta da povoação para edificar a capela de Cruz Alta, nem assinou o requerimento com todos os moradores.

Fator importante no processo de nosso desenvolvimento foi a posição eclesiástica, que criava a paróquia, com a designação do padre Pompeu Paes Campos, para primeiro Vigário. A ele devemos a primeira notícia que pode ser considerada documento histórico das condições em que se deu o povoamento desta região. A seguir, transcrevemos aquilo que pode ser visto como documento inicial da história de Cruz Alta, extraído por Prudêncio Rocha do livro *Notícias descritivas da Região Missioneira* (1980, p. 24 -27):

> O território que hoje constitui o município de Cruz Alta, fez parte integrante, durante o domínio dos jesuítas, do Governo de São João Baptista. Os primeiros habitantes eram indígenas da grande raça guarani, quando os jesuítas fundaram as missões. Os primeiros povos civilizados que aqui penetraram, foram paulistas, aos quais consideramos os primeiros povoadores. A Cruz Alta, como o seu nome indica, tem por origem uma alta cruz de madeira ereta pelos jesuítas a duas léguas, mais ou menos, ao Sul da cidade. De um trabalho existente no arquivo desta Paróquia, feito pelo Reverendo Cônego Massa, copiamos a notícia da fundação desta cidade, de acordo com os dados fornecidos pelo Rvdmo Antônio Paes de Campos. Ei-la:
>
> "Teve princípio a fundação desta povoação no ano de 1824, mais ou menos, tempo em que havendo abundância, considerável de campos devolutos se desenvolviam nesta Província as dedicações para os povoar, sem que estas fossem contestadas por qualquer domínio de propriedade. Assim é que, achando-se neste caso, o território em que se acha fundada a povoação que tomou o título de Cruz Alta, em virtude de motivos que exporei tendo naquela época mui limitado número de moradores, a esses se agregou o cidadão João José de Barros, natural da Província do Paraná, que transitando por esta localidade, várias vezes, por ocasião de compra de animais que adquiria em outros pontos de baixo da serra e, por este conduzia à feira de Sorocaba, da Província de São Paulo. Assentou, afinal, nele o seu domínio influenciado, então, com os mesmos moradores trataram do levantamento da povoação. Determinaram eles fundá-la, porém, as ameaças dos indígenas contra as quais não se consideravam seguros, os poucos habitantes cujos indígenas avultavam nos capões próximos a esta localidade, os faziam recear destas agressões de que podiam vir a ser vítimas, tendo tão perto de si tão traiçoeiros e desleais inimigos em um lugar onde era desproporcionalmente pequeno o número daqueles que tinham de rebater essas agressões.
>
> "Entregues a este receio, demoveram o plano de nova povoação, para uma localidade onde hoje encravada nos campos do cidadão Antônio Moreira, duas léguas de distância desta Vila, ao sul da mesma em o ponto onde é tradição que os jesuítas haviam fundado

uma Capela ao Menino Jesus, da qual como da cruz fronteira à porta da mesma apenas já restavam vestígios. Desta cruz e capela, colocadas na eminência de uma coxilha, tiraram os fundadores a denominação que lhe deram de Cruz Alta, a qual deram como padroeiro o Divino Espírito Santo, Orago com o qual até hoje permanecem".

"A resolução, pois que fizera com que os ditos fundadores optassem sobre aquele ponto de preferência, este, não tardou em ser retirado depois de já para ali haverem conduzido madeiras para a construção da nova Capela que dedicavam ao Divino Espírito Santo e depois de já haverem dado providências para a fundação de vários arranchamentos. Mas, a deficiência de madeiras para uso doméstico, assim como das mais apropriadas para construção, constituíram a causa poderosa de retornar ao ponto primeiramente escolhido, apesar de ainda subsistir o motivo que criara a primeira, mas como crescia já a influência pelo projeto de pensamento criador da povoação, desvaneceram-se os primeiros receios em frente da vontade do maior número dos afluentes ao mesmo pensamento que, como muralha de bronze se encarregavam de fazer embate aos ataques que ousassem opor-lhes os indígenas, a quem deviam conquistar, se mister fosse esse terreno".

"Regressam, com efeito, a esse ponto e nele lançaram os fundamentos da povoação. Nesse ínterim, vindo a esta Província da de São Paulo, donde era natural, o Reverendo Antônio Pompeu Paes de Campos, em fins do ano de 1824 de passagem por este ponto, onde se demorara por alguns dias, foi instado para que requeresse aprovação de cura da Capela que, então, se achava armada a expensas dos recentes moradores".

"Todo esse território releva notar que se achava debaixo da jurisdição espiritual do Frei José de Sant'Avertano, carmelita, descalço, cura de São Miguel".

"Alcançando o mencionado sacerdote Reverendo Pompeu a concessão de uma invernada perto desta Vila, que logo lhe foi oferecida por despacho do Comandante de São Borja, Cel. José Palmeiro, para uso-fruto seu e dos demais curas que lhe sucedessem, aceitou requerendo, logo, a provisão para dirigir espiritualmente a população desta localidade e lhe foi concedido pelo Exmo. Revdo. Sr. Vigário Geral de Soledade".

"A Matriz que apenas se achava em princípio tinha a sua coberta de palha e ainda não se achava fechada por paredes para cujos trabalhos, o mesmo Revdo, cedera os escravos que consigo trazia".

"Poucos anos antes destas épocas, a povoação contava apenas quatro ou cinco casas, e era rodeada de espessas matas, onde vagueavam selvagens que freqüentemente vinham atacar os moradores e os viajantes que se dirigiam de São Paulo para a fronteira. Estes selvagens viviam em contínuas guerras com os

índios da tribo do cacique Fongue, que vinham aqui batê-los constantemente".

"Com o despovoamento dos povos jesuíticos devido à invasão de FRUCTO RIVERA, a Capela da Cruz Alta cresceu rapidamente em população, sendo elevada à categoria de Vila, pela Lei Provincial de 28 de Maio de 1834 e à cidade, em 1879. O Fórum foi instalado nesse mesmo ano, constituindo a Comarca de Cruz Alta, na qual fazia parte todo o território que hoje forma o novo município de Passo Fundo, Soledade, Palmeira, Santo Ângelo e São Martinho. Foi seu primeiro tabelião, Camilo Justiniano Ruas e Coletor das Rendas Públicas, o cel. Antônio de Mello e Albuquerque e escrivão Anacleto José Gonçalves".

"A Câmara Municipal, foi instalada no dia 4 de agosto de 1834. Foi seu primeiro Presidente, o cel. Vidal José do Pillar e vereadores os cidadãos.

No fim da revolução na Província, acampou nesta cidade um batalhão de linha, da qual era comandante o Ten. Cel. Antônio Maria. Ainda hoje se vêm os velhos valos, vestígios da trincheira desta força, durante a luta neste município. A ação mais importante que se travou foi o combate de Porongos em 1837, cabendo o triunfo aos republicanos".

Neste município, organizou o Ten. Cel. Vidal José do Pillar, uma divisão denominada "Leal Divisão Cruzaltense" da qual foi comandante.

O coronel Antônio de Mello Albuquerque, que, com esta força se reuniu ao exército do general Labatut, operando até o fim da luta.

"Garibaldi, o grande herói, o paladino das liberdades, na célebre retirada da serra das Antas, esteve nesta cidade, acompanhado de sua inseparável e heróica esposa Anita. Em 1864 reuniu neste município um corpo de Voluntários da Pátria, composto de quatrocentas e tantas praças, o Exmo. Sr. Barão de São Jacob, então, Tenente Coronel Diniz Dias que comandando esse corpo marchou para a Campanha Oriental assistindo a tomada de Paisandú, seguindo-se depois, a Guerra com o Paraguay, assistiu a rendição de Uruguayana. Em 1865, quando as hostes paraguaias, invadiram a Província, foram reunidos neste município, dois corpos de cavalaria pelo Cel. João Baptista de Almeida Pillar, que com estas forças, marchou para a guerra".

"Os capitães Manoel Rodrigues Dias e Antônio Vidal de Moura e Silva, reuniram, também, neste município, um corpo de voluntários à sua custa, com o qual marcharam até Santa Tecla, onde se reuniram à divisão do General Portinho".

"Os serviços prestados por esses dois distintos e patrióticos oficiais, nunca foram tomados em devida consideração pelo Governo Imperial".

"Nesta cidade, no ano de 1870, antes da áurea Lei Rio Branco, foi desfraldado o lábaro da abolição por iniciativa do cidadão Izidro

> Corrêa Pinto. Foi criada uma sociedade libertadora que em sua curta e gloriosa existência conseguiu remir da escravidão, dezena de infelizes".

O historiador Josino dos Santos Lima, na qualidade de escrivão da Paróquia, afirmou ser procedente a descrição do Padre Pompeu, cuja letra e assinatura conhecia perfeitamente, bem como os registros nos livros da Paróquia, pelo padre José de Noronha Napolles Massa. Tal informação constitui-se em fonte inicial do povoamento de Cruz Alta e deve ser vista como *pedra angular da história* da hoje Cruz Alta, pois o relato procede de fonte idônea, de quem viveu e acompanhou a formação desta comunidade. Essa fonte histórica, pela sua forma, mostra-nos a evolução que se processou até a constituição da *Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta*.

No dia 18 de agosto de 1821, deu-se, oficialmente, a fundação do povoado. Muitos dos antigos moradores eram paulistas e detinham títulos de propriedade, concedidos, em sua maioria, pelo Comandante-Geral das Missões. Em 23 de agosto de 1832, por Decreto Provincial, o povoado passou a Freguesia, o que significava *status* de Paróquia. E, em 11 de março de 1833, a Freguesia, denominada *Espírito Santo da Cruz Alta*, foi desmembrada de Cachoeira do Sul. Posteriormente, em 24 de maio de 1834, o pacato lugarejo passou à categoria de Vila, ocasião em que se realizaram eleições para vereador. No mesmo dia a Câmara da Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta expedia correspondência ao Presidente da Província, comunicando a sua instalação, subscrita por Vidal José de Barros e Camilo Justiniano Ruas, Secretário. Com o decênio farroupilha, o progresso foi interrompido a ponto de regredir a nascente Vila, devido à devastação periódica dos campos a destruição do armentio, para sustentação das tropas em combate, além do fato de que muitos dos da terra retornaram a suas origens para fugir das agruras da Guerra Civil (1835-45). Somente em 6 de dezembro de 1858, Cruz Alta foi elevada à cabeça de Comarca.

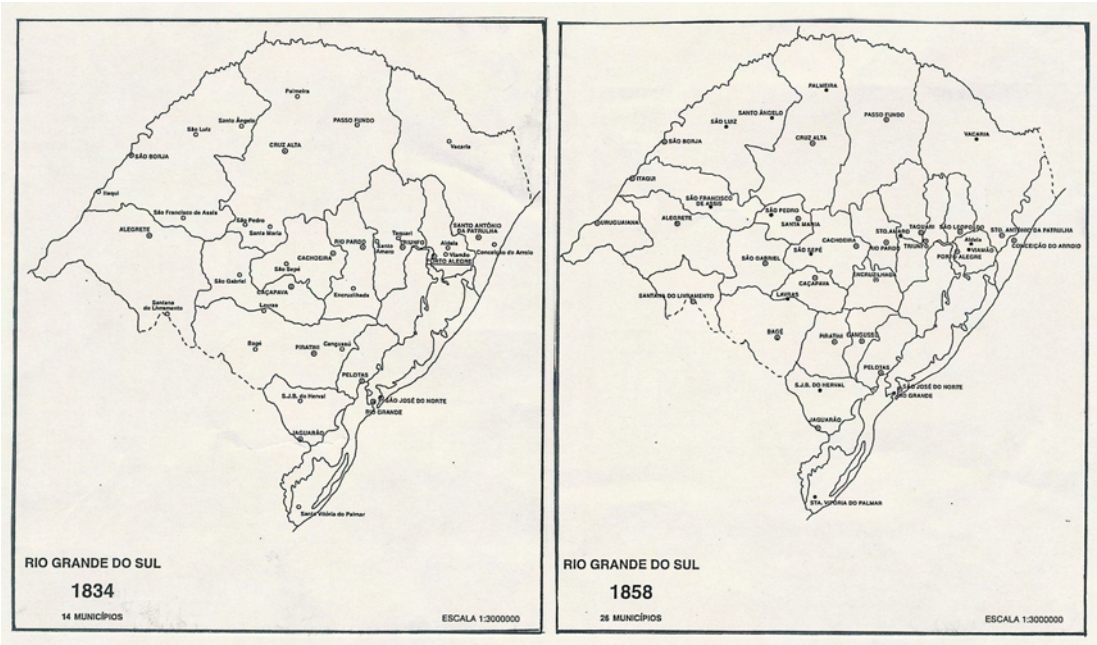


Figura 6 – Província Rio Grande de São Pedro: (1) 1834; (2) 1858 (Fonte: Mapas – Evolução Municipal 1809-1996 – Assembléia Legislativa RS)

Convencionalmente, a data da fundação de Cruz Alta é 18 de agosto de 1821, data em que o comandante de fronteira expediu a autorização para demarcação das ruas da futura povoação, *entretanto só foi elevada à cidade em 12 de abril de 1879, sob a dominação de Mui Leal Cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta* conforme aparece no brasão da cidade e na bandeira.

Mas, somente em 24 de junho de 1879, a população recebeu a notícia da elevação de Cruz Alta a cidade em meio a festas, *Te Deum Laudamus*, celebrado pelo padre Aquiles Pereira Catalano, nomeado vigário de Cruz Alta em 15 de maio de 1879. À noite, houve baile de gala no salão do Paço Municipal com a presença das tradicionais famílias da sociedade cruz-altense.

Figura 7 - Cruz Alta à época em que foi elevada a cidade, tinha mais ou menos esta fisionomia. Ela antecede a elevação de Cruz Alta à categoria de cidade, sem modificações na feição urbana. (Fonte: Acervo – Rocha)

A elevação de Cruz Alta a cidade não trouxe mudanças palpáveis, a vida na comunidade continuava a rolar sobre as rodas das carretas e o lombo dos cavalos. Somente no século XX, com o advento do correio, do telefone, do trem, da indústria e do exército, o município encontrou base de sustentação para seu desenvolvimento. A República Federativa, que se impôs e cuja influência restringira todos os setores da vida pública e privada, terá seu nexo em Cruz Alta muitas vezes contraditório, pois, em seu posicionamento militarista e/ou ditatorial, os cidadãos sejam civis, sejam militares, questionavam-se, não raro perplexos.

O prédio, que abrigava a Câmara de Vereadores, localizado próximo ao *sobrado* de propriedade do Coronel Vidal José do Pillar, por estar em estado precário, não oferecia condições para realização das sessões em dias chuvosos; devido a isso, por proposição do

vereador Tomaz Bandeira, passaram a acontecer na casa do Pároco, vereador Reverendo Pacheco, onde funcionou por dez anos, passando depois a funcionar em casa alugada. O problema permaneceu até 1856, quando a Câmara adquiriu prédio do Coronel Antônio Melo e Albuquerque, localizado na esquina das, hoje, ruas General Câmara e Coronel Pillar. O prédio serviu de Câmara, Intendência Municipal, Júri e Cadeia. Proclamada a República, a Intendência Municipal e a Cadeia continuaram funcionando no referido prédio que ao longo do tempo passou por ampliações e reformas. Em 7 de setembro de 1914, foi inaugurado o Palácio Municipal, na rua Itaqui, hoje avenida General Osório, onde, funciona atualmente a Prefeitura Municipal. Essa transferência deu-se na administração do Coronel Firmino de Paula Filho. Enquanto o antigo prédio permaneceu como Delegacia de Polícia até década de 1990, quando foi transferida para prédio próprio.

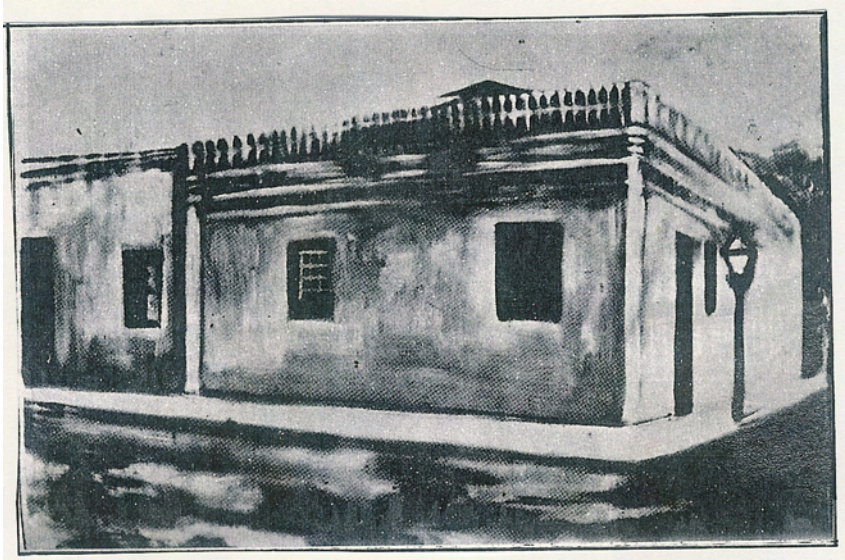


Figura 8 - *Debuche* do prédio adquirido em 1856. (Fonte: Acervo Rocha)

1.4 1837 a Revolução Farroupilha chega à região de Cruz Alta.

Para definir o movimento farroupilha que envolveu a Província de São Pedro do Rio Grande (1835-1845), servimo-nos da síntese de Aurélio Porto usada por Rocha (1980, p. 39):

> O decênio farroupilha, não é a sintetização de uma idéia democrática. Não é a cristalização de uma ideologia republicana. Não é o anseio separatista que nos desvincula da Pátria. Não é o choque das forças que se bipartem, em nome de princípios. É mais que tudo isso. É a eclosão da raça estratificada no crisol das tendências nativas. É o Rio Grande que surge na plena maturação de sua glória e de sua força. É a cúpula de nossa formação social e política.

Coincidentemente, estava na presidência do Governo da Província o rio-grandense Antônio Rodrigues Fernandes Braga, bacharel brasileiro que, enquanto esteve em Portugal, participou do clube revolucionário republicano. Foi o primeiro rio-grandense designado para governar a Província e veio com a finalidade de neutralizar as tendências liberalizantes captando-as para as instituições monárquicas. Aqui chegando, aderiu aos imperiais, renegando suas idéias republicanas, o que não impediu que se criasse um clima tenso de repressão e desconfianças. A propaganda republicana desenvolvia-se desde 1831, Fernandes Braga denunciou chefes militares de prestígio como Bento Gonçalves e Bento Manoel Ribeiro, o que levou aos insurretos querer depor o presidente da Província que, quando esses atravessaram a Azenha, fugiu para o porto de Rio Grande; vitorioso o movimento, foi empossado o terceiro Vice-presidente Marciano Pereira Ribeiro, que prestou juramento perante a Assembléia Legislativa.

Com o manifesto de Bento Gonçalves, os líderes farrapos exigiram a nomeação de um novo presidente, indicando o dr. Araújo Ribeiro, ao que o governo imperial acedeu, considerando sua capacidade de conciliar e aplainar as divergências entre os grupos, mas acontecimentos adversos truncaram o processo quando de sua chegada a Porto Alegre. Criado o impasse, a Assembléia Provincial indeferiu a posse de Araújo Ribeiro que retornou a Rio Grande, onde se declarou investido nas funções de presidente da Província. Tal atitude acirrou os ânimos e a idéia de República que vinha sendo acalentada desde 1831 ganhou força. Em 10 de setembro de 1836, o exército revolucionário de Antônio de Souza Neto com sua cavalaria desencadeou o pânico e a desordem ao exército legalista. Vitorioso Neto, a 11 de setembro de 1836, no Campo do Menezes, perante a 1º Brigada de Cavalaria, proclama a República Rio-Grandense.

A situação política da então Vila do Divino Espírito da Cruz Alta, no decênio farroupilha, caracterizava-se pela instabilidade, oscilando entre Imperiais e Republicanos.

Dentre os integrantes da reação monárquica, destacou-se Vidal José do Pillar, organizador da *Leal Divisão Cruz-Altense*, para lutar ao lado dos Imperiais. Até meados de 1837, os farroupilhas não tinham chegado à área da, hoje, Cruz Alta. Foi com o retorno de Bento Manoel Ribeiro que se delineou a conquista desta região pelos farroupilhas. Ao mesmo tempo, o Coronel Vidal foi a Bagé, onde descansava o General Sebastião Barreto, buscar apoio e oferecer seu contingente para combater ao lado dos Imperiais. Barreto aceitou a proposta e rumou para a região de Cruz Alta, onde recebeu a incorporação da gente do Coronel Pillar e marchou contra a coluna de Bento Ribeiro que andava nestas paragens para conquistá-la para o campo revolucionário.

Segundo Rocha (1980, p. 42-43),

> Era julho de 1837 e Cruz Alta não aderira à revolução. Bento Manoel, militar de grande experiência, tinha, também, o tino político, para através de negociações, recolher apreciáveis proveitos à causa que esposara. Sabia que Atanagildo Pinto Martins, estava presidindo a Câmara de Vereadores, desde que Vidal saíra a reunir. Agora que os pratos da balança da guerra pendiam para o lado da revolução, o velho cabo de guerra, teria considerado muito oportuna a ocasião para conseguir o apoio de Cruz Alta à República Rio-Grandense.
> A tropa acampou nas imediações da Fazenda de Porongos[21]. Bento entregou o comando ao General João Antonio Silveira, dirigindo-se à estância de Atanagildo Pinto Martins, com finalidade de conferenciar com o Presidente da Câmara de Vereadores, em exercício.
> Bento pernoitou na fazenda. No dia seguinte saiu desprevenido e acabou aprisionado por uma escolta de Barreto, que acampara nas imediações, sem ter notícias da tropa farroupilha que acampara na mesma região, com antecedência, apenas, de horas.
> General João Antônio, guerreiro de notável tino e experiência, pressentiu que estaria ocorrendo alguma anormalidade na estância de Atanagildo.
> Destacou emissário de sua confiança para, cautelosamente, verificar o que, em realidade, estaria ocorrendo. Cumprindo com exatidão a tarefa, o enviado de João Antônio surpreendeu grande azáfama e alarido na estância. Soldados imperiais, na euforia pela prisão de tão importante figura, entregaram-se aos desbordamentos do

[21] Não confundir com os Cerro dos Porongos, onde Chico Preto derrotou fragosamente a força de Canabarro, quase no término da Revolução Farroupilha.

> entusiasmo, sem as preocupações que a conjuntura guerreira justificaria.

Na batalha de Porongos, tudo saiu ao contrário, favorecendo o exército republicano. Enquanto Bento Manoel retornou à campanha na pequena vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, sitiada pelo General João Antônio Silveira, o então presidente da Câmara de Vereadores, Atanagildo Pinto Martins, presidiu a histórica reunião de 1º de agosto de 1837, em que os vereadores aderiram à República de Piratini. No dia 4, no casebre de chão batido, onde funcionava a Câmara, tornaram a se reunir para referendar as decisões da sessão anterior e expedir comunicações da histórica decisão.

Mostrando instabilidade e fragilidade política, tão logo a região se viu livre da presença das tropas revolucionárias, a Câmara, alegando coerção exercida pelo exército republicano, renega a adesão à República e o juramento feito sobre os Santos Evangelhos, reingressando no campo imperial. Com relação ao acima exposto, transcrevemos o que contém no livro da Câmara de Vereadores, que está no Arquivo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (Livro de Atas, folhas 78 verso a 79 verso):

> Aos seis dias do mês de outubro, do ano de N.S. Jesus Cristo, de 1837, nesta Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, na sala da Câmara, aí se reuniram, às 8 horas, os senhores vereadores, Atanagildo Pinto Martins, José Thomaz da Silva, Francisco Rodrigues Sanxes, Silvestre José de Pontes, Miguel Rodrigues de Carvalho, presidindo o sr. Atanagildo Pinto Martins. Aberta a sessão, foram lidas as atas da sessão extraordinária de 1º de agosto e seguintes[22] por mandado do sr. Presidente, e propôs a Câmara que tornava necessário a desaprovação do ato da proclamação da Independência desta Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, desligando-a da obediência que prestava ao governo do Império do Brasil, e elevando-se à categoria de Estado livre e independente, de baixo da forma de governo republicano, que teve lugar nesta Vila, no primeiro dia do mês de agosto próximo passado, como consta da ata lavrada neste livro, à folha 75, bem como todo o procedimento ulterior a que a Câmara fora obrigada pela força anarquista existente, então nas imediações da Vila, comandada por João Antônio da Silva, pelas terminantes ordens que este dirigiu ao Juiz de Paz, do distrito desta Vila, Manoel Joaquim dos Santos, em, 18

[22] Livro I da Câmara de Vereadores

> de julho e que lhe fora transmitidas pelo mesmo Juiz de Paz, com ofício datado de 19 de mês de julho, para, como vereador mais votado e que se achava dentro do município, convocasse aos demais senhores vereadores a fim de se proclamar nesta Vila a independência da Província e o sistema republicano, documentos estes que se acham arquivados. E, tomando a Câmara, na devida consideração, a proposta do sr. Presidente, deliberou unanimemente, desaprovar, como, com efeito, por esta desaprova, não só o ato da proclamação da Independência da Província e sistema republicano, como todos os mais que se seguiram, praticados por coação, continuando a dar-se obediência ao governo do Brasil, na conformidade da Constituição e leis do Império, convencida a Câmara que esta é a vontade geral dos habitantes do município e da maioria da PROVÍNCIA e que se oficiasse ao sargento-mor Joaquim Pereira de Almeida Proença de França, nomeado e juramentado Juiz Municipal, para substituir os legalmente providos, Bernardino José Lopes ( ), comunicando-lhe que nula era a sua nomeação e nulo, também, o juramento que prestara, por ser tudo praticado contra a Constituição e leis do Império, por isto que estava em exercício desse emprego, aquele cidadão e que o mesmo se dissesse aos mais empregados nomeados, eleição que se faria convenientemente, e que, finalmente, se publicasse por editais em todo o município, esta deliberação, que faria parte dos mesmos editais e que se enviassem cópias autênticas da presente ata aos diferentes Juízes de Paz do termo, comunicando-lhes a deliberação que tomou esta Câmara, para que igualmente a fizessem publicar em seus respectivos distritos, sendo resolvido pela afirmativa, assim se praticou. Depois do que, o Senhor Presidente deu os vivas seguintes: - Viva a Nação brasileira! Viva a Constituição Reformada! Viva o jovem Monarca brasileiro! Viva a integridade do Império! Vivam os legalistas da Província! E, de tudo, para constar, mandou lavrar esta ata, em que assinam os senhores vereadores e eu, Camilo Justiniano Ruas, Secretario que a escrevi. (Seguem-se as assinaturas).

Sob o domínio do Império, a Câmara realizou uma sessão legalista em 7 de outubro de 1837, retornando a reunir-se em 20 de fevereiro de 1838, quando reaparece, no preâmbulo da ata, referência ao 3º ano da República, o que deixa clara a instabilidade política e, de certa forma, a adesão à república farroupilha. E, após essa sessão, mais 23 sessões referem-se à república explicitada no ano da República Rio-Grandense, nos preâmbulos da atas.

Em 2 de dezembro de 1839, ocorreu em Cruz Alta reação imperial sob o comando do Coronel Antônio Melo e Albuquerque que dominou a Vila e o município. A Câmara anulou todos os atos emanados do domínio republicano. Em 10 de fevereiro de 1841, pela última vez, Cruz Alta reingressava na órbita revolucionária; os vereadores republicanos viram-se sob a presidência do Capitão Ricardo de Melo Albuquerque, tomando conhecimento e dando validade à correspondência remetida pelo Ministro José Pinheiro de Ulhoa Cintra, ao governo republicano. Foi o canto do cisne dos vereadores farroupilhas, pois, em 2 de outubro de 1841, Cruz Alta retornou definitivamente ao domínio do Império.

Conforme Rocha (1980, p. 58), "o primeiro relatório expedido após o movimento farroupilha, é datado de 16 de julho de 1845, apresentando estudo das urgências da Vila".

A seguir, transcrevemos cópia autêntica do referido documento:

> A comissão nomeada por esta Câmara Municipal, em sessão ordinária de 15 do vertente, vem dar uma circunstanciada conta das urgências desta Vila e Município em desempenho do Exmo. Conde de Caxias, Presidente da Província, datado de 15 de maio do corrente ano, ponderou logo a necessidade de que importava um restrito exame de informações circunstanciadas de tais urgências, tendo depois, dado estes passos a Comissão, obtidas referidas informações, iniciou seu trabalho a 16 do corrente mês.
> A Comissão tem de fazer sentir a ponderosa falta de um edifício para a cadeia, a despeito das antigas instruções políticas, o regime constitucional, onde se considera um dos pontos cardeais a existência e melhoramento das cadeias – art. 17 § 21 da Constituição Política do Império – acrescentando que aos infelizes cidadãos que perdem a liberdade, é necessária uma prisão. Consiste em um rancho, mal construído, coberto de palha, segura unicamente pela vigilância do guarda do batalhão, privados, portanto, dos alívios, socorros que sugere a sua falta de liberdade, recomendados pela Lei de 20 de outubro de 1823. Considerando, porém, os desastrosos acontecimentos que, direta ou indiretamente, podem provir, é necessário empreender com urgência a ereção de um edifício apropriado à semelhante destino. A Comissão está informada de que essa Câmara já fez chegar às mãos de V. Excia., o senhor Presidente da Província, o orçamento da planta do edifício em questão, com aumento anexo para a Casa da Câmara, Júri e mais peças de primeira necessidade. Igualmente a comissão lamenta o estado da Matriz desta Vila, único edifício religioso que existe, não só pela sua mesquinha construção, como pelo estado de

deterioração que se acha e, por isso, a comissão ajuiza que saem expor as muitas faltas exteriores, que formam a base e explendor do culto, bastará a exposição do estado atual, para que o Exmo Sr. Presidente da Província, conheça a poderosa urgência da ereção do Templo. Conhecendo, porém, a comissão, o ônus que vai pesar sobre o Tesouro Provinçal, tal dispêndio, por via de orçamento, é de parecer que esta Câmara leve ao conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da Província, que uma cota anula bastará para coadjuvar aos habitantes para a construção do supradito Templo. Eis senhores, a exposição fiel e circunstanciada do exame que fez das mais consideráveis necessidades desta Vila e Município, possa este trabalho merecer a consideração desta Câmara e compenetrar-se do zelo que a comissão empregou em seu desempenho, afim de satisfazer a honorífica confiança nela imposta, avaliando o respeito que lhe tributa. Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, 16 de julho de 1845.

(a) José Joaquim de Oliveira
Padre Francisco Gonçalves Pacheco

Ricardo Antônio de Melo e Albuquerque"
(ROCHA, 1980, p. 58-59).

Com a atividade político-administrativa centralizada na Vila, entretanto, a ação do poder público não abarcava a vastidão do território e os problemas decorrentes permaneciam insolúveis; o municipalismo realmente inexistia. A economia municipal apoiava-se no tripé – erva-mate, mulas, gado vacum. A principal fonte de arrecadação era o

ERROR: syntaxerror
OFFENDING COMMAND: --nostringval--

STACK:

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo